



Anais da Assembléia

N.º 54 CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 12 DE JUNHO DE 1984 ANO X

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA
ATA DA 050.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 1984.
(TERÇA - FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Dirceu Manfrinato e Amélia Hruschka.

A Hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caito Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiélse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE – (Trajano Bastos) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte:

EXPEDIENTE:

Telex:

Nos seguintes termos:

“AGRADEÇO ENVIO MEU GABINETE MANIFESTAÇÃO CONTRARIA MEDIDAS CONSTRANGEDORAS QUE ATINGIRAM CONGRESSO NACIONAL TÃO ARBITRARIAMENTE PARABENIZANDO ESSA ASSEMBLÉIA INICIATIVA”.

SAUDAÇÃO

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
SENADOR

Ao conhecimento da Casa

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a apreciação EM REGIME DE URGÊNCIA da Mensagem do Executivo 89/84, Anteprojeto de Lei 86/84.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

Considerando a relevância da matéria na área da Pasta da Segurança Pública do Estado do Paraná, já que regulariza o exercício das funções do Delegado de Polícia por elementos estranhos à carreira policial. Considerando que os ocupantes destas funções não percebem remunerações dos cofres públicos e que esta situação tem causado problemas ao setor de segurança, entendemos por bem seja apreciado EM REGIME DE URGÊNCIA o referido Anteprojeto de lei.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, (art. 103 § 4.º, do Regimento Interno), REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação ao Projeto de Lei nº 87/84, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental nº 01/84, que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná).

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1984.

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado voto de profundo pesar pelo falecimento do eminente professor Ernani Correa Reichmann, ocorrido domingo, nesta Capital.

O comentável acontecimento abriu irreparável lacuna na sociedade paranaense, pois o Prof. Reichmann se notabilizou como Titular da Cadeira de Organização e Contabilidade Industrial e Agrícola da Universidade Federal do Paraná e autor de 50 notáveis obras literárias, 40 das quais publicadas, sendo as duas últimas pela UFPR: Caderno PS - 3 (o “ps” quer dizer pelos serianos), e Ser e Sismas (volume 3).

Como publica o jornal “Gazeta do Povo”, na edição de hoje “Todos os que conheceram Ernani Reichmann falam da humildade de comportamento e de atitudes “leais e coerentes”, como o ex-Reitor Theodócio Jorge Atherino, que o mestre assessorou durante a gestão na Reitoria da UFPR. “O Reichmann era uma pessoa com quem a gente podia contar nas horas mais difíceis”.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à Reitoria Universidade Federal do Paraná e à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1984.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

APOIAMENTO: Adhail Sprenger Passos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, regimentalmente que, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar, pelo falecimento do jovem EDMILSON PEREIRA COSTA, ocorrido dia 10 próximo passado, na cidade de Campina da Lagoa - PR.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja levada ao conhecimento dos familiares, no seguinte

endereço: Haroldo Costa — Vila Santo Onofre —
Campina da Lagoa — Pr. CEP 87.346, aos cuidados
do Ginásio Estadual.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1984.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata da presente sessão, voto de regozijo pela presença em território paranaense, ontem e hoje, do eminente Pastor Neal Wilson, Presidente da Associação Geral da Igreja Adventista do Sétimo Dia, acompanhado do Pastor João Wolf, Presidente da Divisão Sul Americana e de outros dirigentes internacionais e nacionais da organização religiosa.

O ilustre Líder mundial da importante Igreja proferiu excelentes mensagens de cunho espiritual e inaugurou, hoje pela manhã, o Edifício da Escola Adventista do Boqueirão, com capacidade para mais de 400 alunos.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à Associação Geral da Igreja Adventista do 7.º Dia, à Associação Paranaense da Igreja Adventista do 7.º Dia e à Revista Adventista.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1984.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa, voto de apoio ao Sr. FRANCISCO DELIBERADOR NETO, Diretor do DETRAN - PR., pelo trabalho realizado à frente do órgão.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1984.

(a) FIORI LUIZ.

JUSTIFICATIVA:

Requeremos um voto de apoio ao Diretor do DETRAN do Paraná, Sr. Francisco Deliberador Neto, pelo trabalho de moralização que vem realizando naquele órgão estadual. A transformação do DETRAN em autarquia já um avanço conquistado. As críticas sobre o aumento das taxas partem, exatamente, daqueles que desconhecem a verdadeira realidade do DETRAN do Paraná, onde sempre foi um antro de corrupção e favorecimento. Os que criticam, são os mesmos que usufruíram do órgão para benefício próprio em épocas passadas.

As medidas sancionadoras empregadas pelo Sr. Francisco Deliberador Neto estão dentro da filosofia do PMDB. Uma máquina que serviu longos anos para atender interesses de grupos, volta-se, hoje, com uma atuação séria e honesta de seu Diretor para atender às suas finalidades.

Quando se quer mudar uma estrutura viciada, como no DETRAN, há sempre os que tentam impedir. Por isso, empenhamos novo apoio irrestrito ao Sr. Francisco Deliberador Neto, Diretor do DETRAN do Paraná, para que continue o trabalho de moralização do órgão. Sabemos que falta muito ainda para se chegar ao ideal, mas já progredimos muito no sentido de recuperar para o Governo uma imagem de decência e honestidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da TELEPAR - Telecomunicações do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, encarecendo a reavaliação completa do sistema de telefonia existente no Distrito de Corumbataí do Sul, pertencente a Municipalidade de Barbosa Ferraz.

Os Senhores Jair Candido de Almeida e Antonio José de Andrade, lideranças que gozam do maior respeito junto aos moradores daquela localidade, por muitas vezes têm demonstrado suas preocupações pertinentes aos problemas relacionados à Corumbataí do Sul, tanto no encaminhamento formal das suas reclamações como também no apontamento de possíveis soluções dos mesmos.

Diversas foram as ocasiões que tenho enviado expediente não somente a essa Secretaria, mas a outros organismos públicos, baseando-se em iniciativas daquelas citadas lideranças comunitárias no sentido de contribuir na constante necessidade de se elevar as condições de vida de cada um.

Neste sentido, dessa TELEPAR e Secretaria, os Senhores Jair Candido de Almeida e Antonio José de Andrade, estão reivindicando a reavaliação técnica de todo o sistema de telefonia existente em Corumbataí do Sul, que atualmente, segundo os mesmos, apresenta diversas deficiências, tais como as dificuldades em se obter ligações em um curto espaço de tempo ou no decorrer das mesmas, diversas são as falhas que acabam por acontecer, gerando, entre outros fatores, reclamações por parte de boa parte da comunidade.

Portanto, em razão dos motivos ora apresentados, espera-se o encaminhamento de medidas que venham de encontro aos interesses daquele Distrito de Corumbataí do Sul, pertencente a Municipalidade de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado e Secretário da Administração, sugerindo-lhes que, nos estudos que estão sendo procedidos para a elaboração de anteprojeto de lei dispondo sobre a majoração de vencimentos dos servidores públicos do Estado, possam ser aproveitados os seguintes dispositivos:

"Art.... — Aos Procuradores e Advogados inativos da Procuradoria Geral do Estado, fica estendido o benefício de que trata o Art. 11 da Lei 7.825, de 29 de dezembro de 1983, calculado com base nos vencimentos de Procurador de 3.ª Classe e a Advogado de 2.ª Classe, respectivamente.

Art.... — A gratificação de representação estabelecida pelo Art. 1.º da Lei nº 7.113, de 10 de abril de 1979, e alterada pelos Arts. 1.º e 2.º da Lei nº 7.442, de 29 de dezembro de 1980, é devida a todos os magistrados, no percentual e forma previstos na Lei nº 7.546, de 10 de dezembro de 1981, combinada com o Decreto nº 4.910, de 12 de março de 1982, assegurado o disposto

no Parágrafo 3.º do Art. 76 da Lei n.º 7.297, de 8 de janeiro de 1980, quando for o caso”.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Presidente Regional do SENAC- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho, no sentido de que, com base em estudos apropriados, determine a regionalização daquele órgão existente na Municipalidade de Campo Mourão, respeitando os limites territoriais que formam a Microrregião 12.

É sabido que existe pretensão da Regional do SENAC do Paraná de regionalizar sua Unidade Operativa existente na cidade de Campo Mourão, que atualmente atende apenas os interessados a nível local, para uma Unidade Operativa que ofereça também assistência em diversos municípios circunvizinhos.

Primeiramente é importante que se registre a iniciativa que essa Regional do Senac tem para com a Unidade Operativa de Campo Mourão, no sentido de que a mesma seja dotada de condições que permitam o desenvolvimento de cursos não apenas ministrados aos interessados de Campo Mourão, mas também a diversos municípios situados a poucas distâncias da referida cidade.

Sem dúvida alguma que há muito tempo a região de Campo Mourão, através de suas inúmeras lideranças políticas e comunitárias, notadamente as pessoas ligadas no setor comercial e industrial, vêm pleiteando a ampliação e melhoria das condições de funcionamento do Senac, que nos dias de hoje, já não supre as reais necessidades dos seus objetivos estabelecidos. Pois tais fatos podem se comprovar pelos próprios números que o Senac de Campo Mourão dispõe no que diz respeito às épocas que são abertas matrículas dos cursos disponíveis, em que a procura é sempre muito superior a quantidade de vagas dos respectivos cursos.

Neste sentido, tendo em vista a pretendida regionalização da Unidade Operativa com sede em Campo Mourão, espera-se da Regional do Senac do Paraná, com o necessário apoio do Ministério do Trabalho, tome como base os limites que determinam a formação da Microrregião 12, chamada de Comcam- Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão, ou seja: incluir todos os vinte municípios que integram a mencionada Microrregião, também como futuros pertencentes à área de abrangência do futuro órgão regional.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, sejam oficiados aos Excelentíssimos Senhores José Richa, Governador do Estado do Paraná, Doutor Luiz Felipe Haj Mussi, Secretário de Estado da Segurança Pública e Francisco Deliberador Neto, Diretor do Departamento de Trânsito, sejam urgenciados a regulamentação da criação da Autarquia Estadual do DETRAN.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Essa Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou, em sessão realizada no dia 27.12.83, a criação da Autarquia Estadual do DETRAN.

Nessa mesma data foi encaminhada ao Senhor Governador do Estado que em 29/12/83 sancionou a mesma, tornando-a Lei de n.º 7811, conforme foi publicado no Diário Oficial n.º 1691, de 30.12.1983.

De conformidade com as últimas informações recebidas o processo encontra-se a passos lentos.

Considerando ser esta uma velha aspiração dos funcionários que prestam serviços nestes órgãos, e, por ser uma promessa para regularizar tal situação, os Encarregados dos DETRANs Municipais, de todo o Estado, confiam e aguardam um fim a essa angustiante espera.

Mesmo estando confiante na tomada de providências que o caso urge e em atenção a diversos Encarregados dos DETRANs, que nos interpela sobre o assunto, é que fazemos tal solicitação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, objetivando, através da realização de estudos apropriados, a criação e instalação de um Posto de Monta na Municipalidade de Roncador.

A presente reivindicação trata-se de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Nery José Thomé, Chefe do Núcleo Regional da Secretaria da Agricultura, localizada na Municipalidade de Campo Mourão, que afirma, conforme telex enviado, que o referido pedido baseia-se no elevado número de pequenas propriedades existentes. Ademais, com a criação e instalação do referido Posto de Monta, o mesmo não estaria beneficiando apenas o Município de Roncador onde deverá ser sediado, mas também abrangeria os Municípios de Iretama, Nova Cantu, bem como boa parte de Pitanga.

Aliado a tal reivindicação, aquele Núcleo Regional solicita ainda a doação por parte desta Pasta, de um animal reprodutor, com urgência.

Neste sentido, espera-se dessa Secretaria de Estado da Agricultura uma pronta avaliação das gestões ora enunciadas, em razão do grande interesse comprovadamente verificado em toda a região quanto à criação e instalação de um Posto de Monta em Roncador, que, de imediato, contou com a importante adesão do Excelentíssimo Senhor Augusto Becher, Prefeito Municipal que se comprometeu em providenciar as instalações físicas do futuro Posto, assim como a sua própria manutenção.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS, Mui Digno Secretário de Estado das Finanças, para que officie ao Excelentíssimo Senhor JOSÉ BRANDT DA SILVA, Mui Digno Presidente do Banco do Estado do Paraná, requerendo a instalação de TELEX na Agência da instituição, no Município de Santa Terezinha de Itaipu.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

A crescente demanda de serviços na Agência do Banestado de Santa Terezinha de Itaipu, está a exigir maior eficiência na operacionalização bancária.

No espírito da modernização administrativa e da redução de custos, solicitamos da Diretoria do BANESTADO a instalação de TELEX naquela Agência bancária.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor EUCLIDES SCALCO, Mui Digno Secretário Chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, em que solicita estudo de viabilidade visando a ampliação do alcance da RÁDIO ESTADUAL DO PARANÁ.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

A alta qualidade da programação da RÁDIO ESTADUAL DO PARANÁ, e a necessidade de o Estado desenvolver aparelhos próprios de comunicação social, dentro de uma sociedade cada vez mais competitiva, coloca na ordem do dia a realização de estudo de viabilidade visando a ampliação do alcance da RÁDIO ESTADUAL DO PARANÁ.

Considerando, ainda, as diversas políticas que o GOVERNO JOSÉ RICHÁ terá de implementar à frente do Executivo do Estado, julgamos que não será possível realizá-los sem o concurso de poderoso veículo de comunicação de massas, donde teremos de fazer estes estudos, e rápido, superando lamentável lacuna que ainda persiste no aparelho administrativo do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Extraordinário de Assuntos Fundiários, ao Excelentíssimo Senhor presidente da ITAIPU BINACIONAL e ao Excelentíssimo Senhor Presidente do INCRA, em que solicita providências para o assentamento de 39 (trinta e nove) famílias compostos por 101 crianças, 36 homens e 38 mulheres e que continuam acampadas na linha perimetral de acesso à reserva florestal, no Município de São Miguel do Iguaçu- Pr, em área remanescente de 70 alqueires do Projeto de Colonização OCOÍ.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

As declarações públicas do executor do projeto Fundiário do Paraná, Shigueru Hiroki, de que as 39 famílias de agricultores sem-terra não podem continuar acampados no local especificado, causou preocupação a todos quantos se preocupam com a questão agrária no Estado.

Considerando a série de problemas, como posse e domínio, áreas com posseiros em reservas indígenas, posseiros onde o Estado move ações contra terceiros, ou instabilidade social motivada pela insegurança de domínio, que envolvem conflitos em 567 mil hectares no Estado, e determinam a existência de 16 mil famílias de agricultores sem terra e litígios localizados, abrangendo 15 municípios da faixa de fronteira e mais 39 casos fora dela, julgamos procedente e oportuno que o Governo Federal, através de seus órgãos constituídos, intervenha no problema de modo que evite a proliferação e degeneração de questões que só poderão

ser resolvidas, pelo volume de conflitos que traduzem, a partir de ampla e profunda reforma agrária.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli da Rocha Loures, solicitando a realização de reparos materiais no prédio da Escola Rural Capinzal II, localizada no Município de Cândido de Abreu.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

O prédio da Escola Rural Capinzal II não oferece, atualmente, as mínimas condições materiais para a implementação da boa qualidade de ensino, sendo a Educação uma prioridade, não devemos deixar de considerar este pedido.

A referida escola, inserida no contexto rural, se destina exclusivamente aos agricultores. O atendimento a esta reivindicação virá de encontro não só da comunidade rural, como também e toda a municipalidade de Cândido de Abreu.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS, Mui Digno Secretário de Estado das Finanças, em que solicita estudo de viabilidade de abertura de linha de financiamento para a reforma dos moinhos coloniais desativados no Estado, bem como a implantação de novos moinhos coloniais.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

A egrégia Câmara de Vereadores de Araçongas, encaminhou a este Gabinete Parlamentar, solicitação referente a realização de estudos visando conseguir financiamento para a reforma dos moinhos coloniais desativados e implantação de novos, através dos órgãos governamentais do Estado (BADEP, BRDE e BANESTADO).

A propositura vincula a proposta à idéia de privatização da comercialização do trigo, o que não é de responsabilidade do Governo do Estado. Abstraído este elemento, julgamos a proposta digna de análise.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor DENI LINEU SCHWARTZ, Mui Digno Secretário de Estado dos Transportes, em que encarece parecer ao pretendido pela Egrégia Câmara Municipal de Vereadores de Maringá, no que se refere ao asfaltamento do leito carroçável da via que liga a BR-376 à Usina de Açúcar Santa Terezinha.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que a verba para a execução da referida

pavimentação asfáltica já foi aprovada pelo GEIPOT, conforme informa o Of. n.º 859/84, de 17 de maio de 1984, de lavra da Câmara Municipal de Maringá, e que o objetivo da obra é dar o devido atendimento aos interesses econômicos de escoamento da produção agrícola e álcool produzidos pelo USAÇUCAR, julgamos oportuno e digna de análise o termo que enviamos anexo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor NELTON MIGUEL FRIEDRICH, Secretário de Estado do Interior, em que solicita a elaboração de INFORMATIVO DA SANEPAR/COPEL, que contenha as instruções básicas sobre aspectos como leitura, modos de economia no consumo, noções sobre os programas de eletrificação rural e urbana, PLANASA, reparos entre outras.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

A colocação sempre presente de que conquistamos o Governo mas não o Poder, está a exigir amplo esclarecimento da opinião pública paranaense.

No que concerne à COPEL e SANEPAR, a preocupação é tanto mais presente. O mesmo poderia inferir-se no tocante à COHAPAR. O excessivo centralismo das decisões na órbita federal é um dado irretorquível da conjuntura.

Neste sentido, ouvidos diversos companheiros da Região Oeste, comprometemo-nos formular à Secretaria de Estado do Interior proposta de criação de INFORMATIVO SANEPAR/COPEL, que poderia, conforme a conveniência da Pasta, ser ainda mais abrangente. No Informativo poderiam ser encontrados análises e instruções ligeiras sobre os aspectos mais candentes das áreas respectivas, como, por exemplo, noções sobre os programas de eletrificação rural e urbana, PLANASA, reparos, modos de economia no consumo, locais para reclamações, acompanhamento de leitura, entre outros. Talvez pudesse estar aí a base para poderoso informativo da Pasta de Estado do Interior.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Ministro de Estado do Planejamento, da Fazenda e da Agricultura, em que solicita liberação de recursos financeiros para a execução do Programa Integrado de Manejo de Solos, da Secretaria de Estado da Agricultura do Governo do Paraná.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

A verificação dramática de um Paraná que, em 1930, possuía em torno de 83 por cento de seu território revestido em florestas e hoje possui apenas 8,5 por cento deste revestimento florestal determina a necessidade da concorrência de esforços em práticas conservacionistas e de preservação do meio-ambiente.

Por solicitação da Secretaria de Estado da Agricultura o BANESTADO (Banco do Estado do Paraná) apreciou Sub-

Projeto de Crédito Rural e afirmou que não dispõe de margem de recursos enquadrada nos 30 por cento de exigibilidade de Recursos Obrigatórios, donde ter de solicitar autorização do Banco Central para que pudesse incluir as aplicações da espécie dentro dos 70 por cento de exigibilidade prevista, bem como equiparar aos médios produtores o adicional dos grandes produtores, em demais investimentos, hoje limitados em 50 por cento. Em resumo, o Banco do Estado do Paraná solicitou pudesse destinar parcela dos recursos ordinários vinculados a custeio para financiar práticas conservacionistas, em caráter de investimento. Em pronunciamento, o Banco Central diz que a apreciação do requerimento referido depende de autorização do Conselho Monetário Nacional.

O Programa Integrado de Manejo de Solos visa à implantação de uso e manejo adequados do solo, segundo sua aptidão agrícola, objetivando a preservação permanente do solo, e obtendo redução das importações, de insumos e custos de produção através da execução de planos técnicos conservacionistas ou manutenção dos 3200 hectares já conservados e implantação de 320 mil hectares de área com sistemas de conservação de solo; reflorestamento conservacionista de 5 mil hectares; adubação verde de 100 hectares; construção de 1000 esterqueiras e composteiras; introdução de máquinas e equipamentos adequados para 1000 propriedades construção e remanejamento de 1000 km de estradas e carreadores; construção ou remanejamento de 5 mil km de cercas e implantação ou reforma de 60 mil hectares de pastagens e capineiras.

Para a implantação desse Programa são necessários recursos creditícios da ordem de 20 bilhões e 800 milhões de cruzeiros. A favor desse Programa podemos citar o fato de a Secretaria de Estado da Agricultura ter consignado em seu orçamento valores da ordem de 4 bilhões de cruzeiros, mais de 10 por cento dos recursos do Tesouro do Estado destinados à Pasta, numa previsão de atendimento de 185 municípios ainda este ano.

Finalmente, este Programa, pelo alcance social e econômico que traduz, tem recebido elogios de diversas Comissões de outros Estados da Federação e, inclusive, de representantes da Organização de Alimentação e Agricultura da O.N.U.. Neste sentido, interpelamos aos Ministérios do Planejamento, da Fazenda e da Agricultura, providências cabíveis para a solução dos problemas oriundos da desmatção e desorganização do campo brasileiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa, cópia do comentário do Deputado Federal do PMDB. Hélio Moacyr de Souza Duque, lido na tribuna desta Casa, constante da página 02 da "Folha de Londrina", do dia 09.06.84, intitulado: "PARANÁ ASSALTA EM DEZ BILHÕES".

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1984.

(a) FIORI LUIZ

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 138/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Seguro Agrícola Obrigatório no Estado do Paraná.

Art. 2.º — A responsabilidade pela operacionalização do Seguro Agrícola deverá ficar a cargo de um "Pool" ou consórcio de seguradoras que operam no Estado,

(preferentemente que tenham sedes no Estado).

Art. 3.^o - A BANESTADO S.A. - Corretora de Seguros administrará não só o Seguro Agrícola, mas também os demais seguros de entidades governamentais do Paraná.

Art. 4.^o - O Governo do Paraná deverá baixar um decreto semelhante ao Decreto n.^o 50890/68, alterando apenas as disposições que determinam que os seguros sejam feitos na IPESP (COESP), determinando que todos os seguros devem ser cobertos através da BANESTADO S.A., Corretora de Seguros, que canalizará ao "pool" ou consórcio de seguradoras.

Art. 5.^o - Constituído o "pool" ou consórcio de seguradoras que vão operar o Seguro Agrícola nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, e obter junto ao Instituto de Resseguros do Brasil as condições de resseguro para o referido seguro.

Art. 6.^o - Deve ser prevista a assinatura de um convênio entre o "pool", o BANESTADO, a Secretaria da Agricultura (ACARPA) e a BANESTADO Corretora, para a efetuação dos serviços técnicos de vistorias (inspeções prévias e de danos) e para o encaminhamento à corretora das propostas de Seguros Agrícolas, bem como, no caso do Banco do Estado, para a cobrança dos respectivos prêmios.

Art. 7.^o - A BANESTADO S.A. - Corretora de Seguros, como compensação pelas corretagens recebidas dos seguros dos próprios do Estado, e para bem cumprir sua parte na responsabilidade que assumirá, por força do artigo anterior, constituirá um corpo de agrônomos inspetores e vistoriadores dentro da capacidade que lhe proporcionarem suas receitas.

Art. 8.^o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1984.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

Implantação do Seguro Rural Obrigatório no Estado do Paraná
A Agricultura - Agricultores - Crédito Rural
Seguro Agrícola - Considerações

Historicamente, "os agricultores" em tese, em quase todo o Mundo, sempre sentiram a deficiência de Crédito, sendo, pois, por força das circunstâncias, Autofinanciadores.

É um fenômeno assinalado pelos escritores que dedicaram a sua atenção ao Problema Agrícola, notando-se Serpieri, "Instituzione di Economia Agraria", e em outros trabalhos de sua fecunda atividade, salientando o fato e anotando a constante capitalização do trabalho rural, porque os agricultores empregam todos os seus recursos, quando os há, na própria terra, que consideram "mater frugum".

Nunca mereceram, em toda a parte, e desde a antiguidade muito crédito, aliás, foram sempre vistos com desconfiança, bastando o conceito de Demosthenes, com relação aos Phaselitas, lavradores, que foram considerados como péssimos pagadores. Suas palavras, que datam de 24 séculos, foram candentes: "os Phaselitas não fazem nada de novo, mas seguem os seus usos. No mercado são espertíssimos em tomarem dinheiro emprestado mas conseguindo o empréstimo, e, apesar de documentado, se esquecem logo da obrigação, das leis, e de pagar os seus débitos; e antes de pagarem, inventam sofismas, evasivas, defesas procrastinatórias. Para resumir: são os mais tristes e iníquos dos Homens e suas disputas judiciais são inumeráveis, no confronto com as dos Gregos e dos Bárbaros, que compareceram aos nossos mercados".

Essas considerações, demosthênicas, sobre a capciosidade dos Phaselitas, segundo disse Gerrani, parecem haverem sido tomadas como modelo, para qualificar os agricultores, em todo o seu labor passado, e mesmo os agricultores atuais, em face da orientação, que sempre se deu e que se

dá, ao crédito agrícola, em todo o Mundo, pois, o aparato de privilégios e de garantias reais é a negação da confiança que constitui o elemento básico do crédito.

Do latim "credere", que significa a crença no devedor.

De fato, a legislação agrária sempre se caracterizou, na sua erogação creditícias, pela exigência de garantias reais, outorgadas pelos lavradores, para conseguirem o crédito.

Era opinião, entre os antigos, que a garantia real fosse preferida às simples garantias pessoais, que o decorre do conhecimento da regra romana "plus est cautionis in re, quam in personam". Entre os bens, nenhum, realmente poderá oferecer melhor garantia do que a terra, que valeu aos fisiocratas o elogio da agricultura.

É evidente porém, haver um ambiente de descrédito contra os lavradores, um sentimento de insolvência presumida, que constitui a barreira da desconfiança a que se referiu Giuseppe Garrani, e que tem inspirado todo o sistema do crédito agrário em todos os países.

Essa posição desfavorável, em relação aos agricultores, mais se destaca, no confronto com o tratamento mais favorável, dado aos industriais e comerciantes, fato que merecerá o procedente reparo de Luzzati - "Il vizio principale è quello di separare con una espécie de muro divisorio le operazioni di credito agrario da quello di credito commerciale e popolare. Ora le nostre tradizioni e le esperienze degli altri popoli contrastano com questa fantasia economia". (Problemi della terra, pág. 3001.)

Sem dúvida, essa será uma das razões do precário desenvolvimento do crédito agrícola, que, segundo conceito generalizado, padece de atonia crônica, por causa da desconfiança histórica e latente, que impregna toda a estrutura dessa modalidade de crédito.

"Quais as causas desse tratamento diverso e do precário desenvolvimento do crédito agrícola?"

Já apontamos uma causa provável, mas são várias, a começar da própria atividade agrícola, sujeita às influências de "rerum natura", às imposições do tempo e aos imprevistos da natureza varia, com as secas e as chuvas inoportunas, além das pragas epizootias em geral e outros fatores agressivos.

Entretanto, em toda a história - E nunca como hoje - muitos foram, e são os elogios aos méritos do labor agrícola, e ninguém desconhece a sua necessidade produtiva, e, pois, da defesa dos seus produtos.

Cumprido ao Estado, na sua função econômica e social atender às necessidades da Agricultura, amparando o agricultor, e, dando-lhe os elementos de sobrevivência, para que sejam incentivados os interesses coletivos e da produção.

Sabe-se que a formação do crédito rural é especializada e que a sua duração é, naturalmente, de prazo superior ao normal, faltando institutos de crédito adequados, na concessão de créditos dessa natureza e na dotação de instrumentos suficientes à segurança desses créditos.

Os Bancos, via de regra, operam a curto prazo, porque a sua mercadoria é o dinheiro resultante do depósito de terceiros, não podendo vincular esses depósitos em operações de prazo longo, uma vez que a sua disponibilidade é mais ou menos rápida, e pois o seu período de jactância é brevíssimo.

De qualquer modo, na medida de suas possibilidades, têm favorecido crédito aos agricultores, mas, apenas, geralmente, créditos de exercício, que poderão ser de menor duração, não podendo, porém atender às suas verdadeiras necessidades, eis que as disponibilidades bancárias são, em grande porte, absorvidos pelo crédito mercantil e industrial.

O crédito agrícola tem por fim favorecer os recursos financeiros, necessários ao cultivo e produção da terra e a criação de gado, enfim, ao desenvolvimento e aos melhoramentos ou benfeitorias de uma exploração agropecuária.

É um crédito que se destina à melhor organização dessa produção.

Trata-se de um empréstimo qualificado, sob o aspecto subjetivo e objetivo, porque o mutuário deve ser agricultor, ou cooperativa agrícola, e a quantia mutuada tem sua destinação específica na agricultura.

É preciso considerar, aqui, que sob todos os aspectos a legislação rural brasileira, concretizada no Estatuto da terra; na Institucionalização do Crédito Rural, e no Dec. Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, pode ser considerada como verdadeiramente revolucionária, porque se pôs ao lado dos "revisonistas" do crédito agrário, abandonando o princípio, até então dominante, da "realidade" desse crédito, dando-lhe, também o caráter de crédito pessoal com a criação de vários títulos de crédito urural.

Assim, deu-se um largo passo na complementação do sistema de crédito, sem o crisma das "garantias reais", abandonando o crédito agrícola o seu caráter sumamente real".

Porém, mais é necessário. Há que se assegurar, dada a realidade da Política Nacional desenvolvida nos últimos anos, com vista à exportação, como fonte de "divisas" e solução às deficiências da equalização de nossa Dívida Externa ao mesmo tempo em que se propõe uma redistribuição de riquezas, com vista ao desafogo de nossa "dívida interna".

A Agricultura, como fonte de recursos, e "divisas" dentro da Política Econômica resultante da tradição agrícola de nosso País e, principalmente do Estado do Paraná, necessita, não só de um forte apoio ao setor creditício como e, principalmente, que se dote essa atividade de uma forma de assegurar o cumprimento normal dos ciclos de crédito-pagamento, independente das condições de ordem climática a que essa atividade está jungida.

Se, por um lado, resulta um adiantamento em prol do relacionamento creditício da Agricultura e gradual substituição das "garantias reais", por "garantias pessoais", dada sua própria natureza, pela especialidade desse ciclo de crédito, diretamente em função do amanhã da terra e da produção, além dos intrincados mecanismos que gerem o comércio internacional, com a definição de preços nem sempre em relação direta com as leis da "oferta e da procura", ante o fenômeno das retenções, das especulações e do controle por Multinacionais em termos de estoques e demandas, impõe-se, hoje mais do que nunca, a extensão a essa atividade dos mecanismos provados em deficiência, da aplicação securitária.

O Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967 que dispõe sobre o "Financiamento Agrícola e Títulos de Crédito Rural", tal como diplomas legais anteriores, ainda que tímidos, e de forma limitada, teve o mérito de apontar o real caminho para a solução e equacionamento do difícil problema da liquidez do crédito agrícola, não só pela especialidade em que é desenvolvido e toda a sorte de fatores naturais e externos que o atinge, como pela existência de condições legais expressas em outros dispositivos de lei codificada - Código Civil - em que se afiguram como condições excludentes da obrigação, à exemplo do contido no art. 802, 849.

Assim, o referido decreto-lei, em seu art. 76 estabelece:

"Art. 76: Serão Segurados, até final resgate da cédula os bens nela descritos e caracterizados, observada a vigente legislação de seguros obrigatórios".

Vê-se, pois, que para o aperfeiçoamento do ciclo do crédito agrícola com segurança a ambas as partes - a lei aponta:

a) O Seguro dos bens a que se refere o crédito: aqui podendo ser entendido, não só a produção futura, como os dispêndios de custeio, amanhã da terra; sementes; plantio; defesa da lavoura, etc.;

b) O caráter obrigatório desse seguro: pela remissão à vigente legislação de seguros obrigatórios.

O seguro visa proteger a garantia, no caso de sinistro, sendo a apólice, geralmente, emitida à favor do credor, ou, então, fica este investido de poderes para seu recebimento, sob a obrigação de imputar o respectivo valor na dívida exigível.

Como é óbvio, o preço substitui a coisa, alterada ou perecida, "Pretium succedit res - e o credor se subroga nos direitos do seguro.

Os bens que constituem objeto de garantias estão sujeitos a riscos, que são riscos perigos a que estão expostos, podendo redundar na sua perda ou na sua deterioração. As vezes são inevitáveis esses riscos, como no fortuito e na força maior. O caso fortuito, ou de força maior, diz o Código Civil, art. 1058, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar, ou impedir. Por isso, a obrigatoriedade do seguro ser medida útil e salutar, eliminando, inclusive, com a sua adoção, nesses casos, a possibilidade de ocorrência de "depósito infiel".

Com o seguro, dá-se a subrogação real, na pretensão à indenização, e na indenização paga (Cód. Civil art. 762).

No caso de perecimento ou deterioração do objeto - dado em garantia, a indenização, estando dele seguro, ou havendo algum responsável pelo dano se subrogará na coisa destruída ou deteriorada, em benefício do credor a quem assistirá sobre ela preferência até ao seu completo reembolso (Cód. Civil, art. 762, n.ºs 4 e 5, e §1.º).

O seguro toma o lugar da coisa, perecida ou deteriorada, e sobre o seguro se estende a garantia. Se além do seguro qualquer indenização houver, devida pelo autor do perecimento ou do deterioramento, não se vincula à garantia, por homenagem à regra "inclusio unius exclusio alterius". Apenas o seguro responde, eis que "pretium succedit in loco rei".

Assegura-se, assim, a sobrevivência do direito subjetivo malgrado a flutuação do seu objeto material. Deslocando esse direito de um bem para outro, a subrogação real fixa na mesma destinação o valor individualizado por esses bens. A missão principal da subrogação é de perpetuar a afetação de certos bens um determinado fim. É pois, um verdadeiro instrumento de conservação do direito. A subrogação real tem sua razão de ser e finalidade, no fato de assegurar ao credor o pagamento de seu crédito, atribuindo em seu proveito, não só o preço da venda dos bens objeto de garantia, com a indenização do seguro, e, em geral, o valor em que se subrogou a garantia - é a regra "pretium succedit res".

Deficiente é a legislação de seguro, em nosso País, e nem o Código Civil, foge a censura, nesse ponto. O projeto Coelho Rodrigues era mais completo, pois, além das normas gerais sobre o contrato, referia-se, também, especialmente ao seguro contra fogo, chuva, seca e outros riscos, de gado, de transportes, etc.

De 1954 em diante, o nosso direito secundário recebeu maior contribuição legislativa, donde se pode citar:

Lei nº 2.168, de 11.01.54 sobre o seguro agrário.

Decreto nº 37.882, de 13.09.55, sobre o algodão herbáceo;

Decreto nº 35.370, de 12-04-54, que regulamenta as operações de seguro agrário.

Decreto nº 37.847, de 02-09-55, sobre o arroz.

Decreto nº 37.849, de 07-06-55, sobre o café.

Decreto nº 48.946, de 15-09-60, sobre a colheita.

Decreto nº 40.810, de 23-01-57, sobre pequena lavoura de culturas múltiplas.

Decreto nº 44.041, de 12-07-58, sobre o trigo.

Decreto nº 37.600, de 12-07-55, sobre videira e, desde então, amplia-se o leque de opções, passando-se a dispor sobre o objeto do seguro, porém, com imensa lacuna sobre a forma de execução e implantação do Seguro Rural Obrigatório.

É certo que o Estatuto da Terra dispõe sobre o seguro agrícola, no art. 91, que diz o seguinte:

“Art. 91: A Companhia Nacional de Seguro Agrícola - (C.N.S.A.), em convênio com o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, atuará nas áreas do projeto de Reforma Agrária garantindo culturas, safras, colheitas, rebanhos e plantéis. § 2º - Os contratos de financiamento e empréstimo e os contratos agropecuários de qualquer natureza, realizados através dos órgãos oficiais de crédito, deverão ser segurados na Companhia de Seguro Agrícola.

Anteriormente, a mesma exigência era feita pelo decreto nº 1224, de 22-06-62, mas, relativa, apenas, aos estabelecimentos bancários da União, ou daqueles em que ela figurasse como acionista.

A propósito do Seguro Agrícola, no Brasil J. Motta Maia, no Estatuto da Terra, pág. 151, escreve o seguinte:

“Antecedentes do Seguro Agrícola. O seguro agrícola não é inovação no Brasil, visto que já se pratica de há muito, com as notórias deficiências que todos conhecem, resultantes da ausência de uma estrutura adequada à prestação desse serviço. A Companhia Nacional de Seguro Agrícola vem operando há vários anos, com resultados precários, precaridade que advém da ausência de um sistema que se procura instituir agora, inclusive dando atribuições para atividade de seguro a entidade de direito privado.

Quanto aos seguros contra danos naturais, como as tempestades, inundações e intempéries em geral, sempre se objetou com a grande dificuldade de estimá-los razoavelmente, para o fim de fixação de prêmio. Ou que os prêmios teriam de ser muito elevados para cobrir os prejuízos. Ao que responde com certa propriedade “Wilhelm Abel”: “Mas não é necessário que a indenização cubra o dano integralmente (em outros países se indeniza o dano parcialmente). No Cantão de Appenzell, por exemplo, somente 80% e por outro lado seria o caso de examinar-se se uma subvenção federal ou local para seguro contra acidentes da natureza, gravaria o fisco mais do que pesam esses governos, às ajudas com somas elevadas de uma só vez”. (In Política Agrária trad. em castelhano, Edit. El Ateneo, Buenos Aires, pág. 269).

Ainda complementando o assunto — em relação às preliminares da implantação no País, é de ser citado:

Decreto-Lei nº 2.063, de 07-03-1940;

Lei nº 2.168, de 11-01-54 (a que institui a Companhia Nacional de Seguro Agrícola).

Lei nº 4.430, de 30-10-64; Dec. nº 1.224, de 22-06-64;

Dec. nº 55.801, de 26-02-65.

Por força da Lei nº 2.168, foi criado o Fundo de Estabilidade do Seguro Agrário, com o objetivo de garantia e estabilidade dos riscos de catástrofe”.

(In Lauro Muniz Barreto — Financiamento

Agrícola e Títulos de Crédito Rural — 1968).

As referências trazidas à colação até o período de 1968 tem razão de ser, na proporção em que definem um período, desde 1954, em que foram lançados os fundamentos para a instituição do Seguro Rural Obrigatório.

A variação do “modelo econômico” nacional, nos últimos anos tem demonstrado legislação casuística tem sido as linhas de crédito destinadas à agricultura e os “Programas” governamentais, iniciados com grandes esperanças e que gradualmente caem no descrédito. Porém, os fundamentos existem e partindo deles é que se pode vislumbrar:

1. As atividades da agricultura têm que ser inseridas em um contexto legal em que as partes que nela intervêm, devem possuir requisitos mínimos de estabilidade para sua incrementação. Assim, a adoção de linhas de crédito em relação às realidades regionais, com a definição de culturas próprias, adequadas às mesmas; facilidades de concessão desses créditos, mediante implantação de sistema de “vistorias” prévias das áreas a ser beneficiadas com tais linhas de crédito; definição de culturas; definição de cronograma físico-financeiro de aplicação de recursos, para um sistema de apoio por um cronograma técnico-assistencial;

2.— Cadastramento de propriedades por zonas climáticas e regionais com definição das culturas apropriadas e sobretudo, fiscalização do cumprimento das diretrizes estabelecidas; verificação de capacidade de indigência do tomador de crédito em relação ao resultado apurado no exercício anterior; tradição na exploração da atividade agrícola ou pecuária; para, ao final, encerrar-se o ciclo com a implantação das agroindústrias e, encimando todo um Plano de Ação Governamental, com o aproveitamento de expressivos setores das vinculadas, inicialmente indicadas pela Lei estadual nº 6.636, de 29-11-1974 e, hoje, redistribuídas em nova Organização do Sistema de Administração Pública, com a implantação à nível de Estado, do Sistema de Seguro Rural Obrigatório.

Dos fundamentos para implantação do Seguro Rural Obrigatório, pelo Estado do Paraná, em seu território. Além das razões e Legislação anteriormente citadas encontra respaldo nos arts. 13, § 1º, c/c art. 170, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal além da legislação ordinária sobre Seguros. Ressalta-se, ainda que, a adesão dos Municípios e do próprio Estado ao Planejamento Federal e Estadual, por corolário da Constituição Federal encontra-se na Carta Estadual expresso em seu art. 114.

Mais que qualquer plano de governo; ou Difusão há nível de Comunicação Social, o Paraná quer, espera e está a exigir definições e, em boa hora se poderá propiciar a contrapartida desse anseio, oferecendo-se soluções, como o é a implantação do Seguro Rural Obrigatório.

A forma legal, dispõe-na o Estado, com a criação de uma Sociedade de Economia Mista, diretamente, voltada a essa atribuição, e exploração dessa atividade econômica.

O Instrumental prático, detém-no o Estado, com a experiência de expressivos ramos e setores de suas “entidades” vinculadas, de cujos quadros se poderá obter valiosos colaboradores, em termos de pessoal e experiência.

O Estado é pródigo em atividades desenvolvidas por essas coligadas que permitem:

a) Otimizar um Quadro de Pessoal Técnico; Burocrático de Ação;

1 b) Maximizar, em curto espaço de tempo um "banco de dados" com informações voltadas às finalidades da nova Entidade Jurídica;

c) De igual forma, em relação às definições de áreas e culturas a serem implantadas;

d) Cadastramento — mediante cooperação de parceiras na formação do capital social da empresa — daí a escolha da forma de Sociedade de Economia Mista pela possibilidade de adesão do capital privado.

A esse propósito e, nesse item recomenda-se que o Capital privado seja constituído por cooperativas, pela facilidade de propiciarem os elementos necessários e suficientes às definições das áreas de plantio; qualidade de sementes fiscalização; resultado de cada safra, etc.

Entendemos que um Entidade, voltada à Agricultura e a Pecuária, à nível de implantação de Seguro Rural Obrigatório, constituída pela conjugação de esforços entre o Estado e as Cooperativas, além de tornar em realidade uma aspiração social, representa, por si só, elemento de sólida confiabilidade na vida da nova Estatal.

E na somatória de esforços, uma demonstração de praticidade de conceitos, que a Constituição Estadual contempla.

O Seguro substitui a "garantia real" e, aplicado pelo Estado, representa a abertura de novas linhas de financiamento de seu estabelecimento oficial de crédito, as quais teriam retorno garantido pelo Seguro; a qualificação da clientela também restará salvaguardada, pela participação das cooperativas, com o fornecimento do "banco de dados" da Empresa, das informações disponíveis em todos os sentidos, abrangendo, da terra ao Homem e desde à produção. Finalmente, a garantia de preço e de mercado, pela União do Estado e de Agricultores congregados em Cooperativas.

Para segurança da própria instituição do Seguro Rural Obrigatório, não parece viável instituí-lo através da Corretora já existente, do Estado, nem através de um "pool" de empresas seguradoras, pela facilidade de desvirtuamento de finalidade.

Sequer restaria onerosa ao Estado a criação e implantação de uma Sociedade de Economia Mista desta finalidade, pois o Estado já dispõe como dito, de material e pessoal altamente especializado, tanto no ramo de seguros, como na implantação da Empresa; na fiscalização do crédito, na definição de culturas conforme a vocação regional. Acima de tudo, essa implantação, é de fácil retorno econômico, pois esteiada no embasamento do Capital Estadual e das Cooperativas, viria a representar, para a Agricultura paranaense, com reflexo nos demais Estados da Federação, e, para o Agricultor, a Certeza da Justa Retribuição de seu esforço, no amanho da terra, pois contaria com precisa orientação técnica; linha de crédito e, retribuição, mesmo em caso de adversidades da natureza ou casos fortuitos.

Não se poderiam encerrar essas ponderações sem a lembrança de que o Paraná já se faz tardio, na adoção de medida de tal relevância para o Estado, sabido como é que além da União que foi a pioneira no ramo já se desenvolvem essa experiência nos Estados de Minas Gerais; Rio de Janeiro; Rio Grande do Sul; São Paulo.

O tempo urge; o Paraná Espera.

Definições Legais:

"Sociedade de Economia Mista" — A entidade

dotada de personalidade jurídica de Direito Privado criada por lei, para exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria à União ou à entidade da Administração Indireta" (art. 5º, Dec-Lei nº 200, de 25-02-1967).

(Obs: Entidades de personalidade jurídica de direito privado, instituídas por autorização da Lei e organizadas por estatutos com patrimônio próprio, capital representado por ações de posse majoritária do Estado e fins declaradamente lucrativos — Lei nº 6.636, de 29-11-1974, art. 7º, 3 —Pr.).

Lei nº 6. 404, de 15-12-1976 — Sociedades por Ações.

Capítulo 19.

"Art. 235 — As sociedades anônimas de economia mista estão sujeitas a esta Lei, sem prejuízo das disposições especiais da Lei Federal.

§ 1º — As companhias abertas de economia mista estão também sujeitas às normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Constituição:

Art. 236 — A Constituição de Companhia de Economia Mista depende de prévia autorização Legislativa.

Objeto:

Art. 237 — A Companhia de Economia Mista somente poderá explorar os empreendimentos ou exercer as atividades previstas na Lei que autorizou a sua constituição.

Acionista Controlador:

Art. 238 — A pessoa jurídica que controla a companhia de Economia Mista, tem os deveres e responsabilidades do acionista controlador (art. 116, 117), mas poderá orientar as atividades da Companhia de modo a atender ao interesse público que justificou a sua criação".

Administração:

Art. 239 — As companhias de economia mista terão obrigatoriamente conselho de administração, assegurado à minoria o direito de eleger um dos conselheiros se maior número não lhes couber, pelo processo de voto múltiplo.

§ único: Os deveres e responsabilidades dos administradores nas Companhias de economia mista são os mesmos dos administradores das companhias abertas.

Conselho Fiscal:

Art. 240 — O funcionamento do Conselho Fiscal será permanente nas companhias de Economia Mista; um dos seus membros, e respectivo suplente, será eleito pelas ações ordinárias minoritárias e outro pelas ações preferenciais se houver.

Correção Monetária:

Art. 241 — A Companhia de Economia Mista, quando autorizada pelo Ministério a que estiver vinculada poderá limitar a Correção Monetária do art. permanente (art. 185). Ao montante necessário para compensar a correção das contas do patrimônio líquido.

Falência e Responsabilidade Subsidiária:

Art. 242 — As companhias de Economia Mista, não estão sujeitas à falência mas os seus bens são penhoráveis e executáveis, e a pessoa jurídica que a controla responde, subsidiariamente, pelas suas obrigações.

Legislação Básica:

Dec-Lei nº 73/66 — 21-11-66 — in d.d. de 22-11-66, pág. 13.524;

Resolução nº 2.172, de 27-06-72, do Cons. Nas. de Seguros Privados.

Resoluções da Susep — Superint. de Seg. Privados.

Proagro; — Programa de Garantia da Atividade

Agropecuária, instituído pela Lei nº 5.060, de 11-12-1973, objetiva exonerar o produtor rural de obrigações financeiras relativas a operações de crédito, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais adversos, pragas e doenças que atinjam bens, rebanhos e plantações. Regulamentado pela res. 301, de 09-10-74, do Banco Central do Brasil. Iniciado em janeiro de 1975.

Objeto: O Seguro Rural compreende:

- 1— As operações de seguro vinculadas as pessoas físicas, jurídicas, créditos, explorações agropecuárias, bens imóveis diretamente ligados à atividade rural;
- 2— Cobertura de danos causados por agentes externos, inclusive fenômenos da natureza, doenças, pragas, risco de morte de pessoas e animais;
- 3— A amplitude geográfica das coberturas das explorações agropecuárias, benfeitorias e produtos agropecuários limitada ao município produtor e aos limites do âmbito do Estado;
- 4— Adesão - Obrigatória, nos termos da regulamentação de cada modalidade abrangida;
- 5— Cobertura:
 - a) Seguro Agrícola — Cobre as explorações contra fenômenos climáticos adversos, pragas, doenças, até o valor do financiamento de custeio para as anuais e orçamento anual de manutenção para as permanentes;
 - b) Seguro Pecuário — Indenização por morte de animais, por doenças ou acidentes em até 70% dos respectivos valores;
 - c) Seguro de Benfeitorias e produtos agropecuários; — seguro contra eventos de causa externa na importância do valor em — risco para construções, máquinas, safras removidas do campo de colheita, produtos agropecuários
 - d) Seguro de Crédito — Para comercialização de produtos agropecuários. — complementa o seguro anterior, cobrindo as perdas líquidas da instituição financeira, motivadas por incapacidade de pagamento dos compradores e dentro de limites de responsabilidades previamente determinados na Legislação.
 - e) Seguro Temporário de Vida — Na ocorrência de morte do devedor, limitada a importância segurada em 50 vezes o maior salário mínimo nas operações de crédito rural, sem garantia rural ou registros, e na compra de terras, em projetos de colonização rural. (obs.: Passível de reajustes de valores c/. Res. Susep).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, o objetivo de usarmos a tribuna, é para prestar uma homenagem a um companheiro da Assembleia Legislativa, Dr. Clóvis Stadler de Souza, que, esta semana, depois de trinta anos de serviços prestados a este Poder, está deixando a Casa, devendo assumir a Assessoria de Imprensa do BANESTADO. Clóvis Stadler de Souza, profissional correto, honrado, profundamente dedicado ao seu trabalho, sempre conduziu com lisura a sua atividade de Diretor Geral e também os demais cargos.

Lembro-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, desde

o outro mandato que exerci nesta Casa, o espírito de amizade que sempre norteou a figura humana de Clóvis Stadler de Souza.

Ao parabenizá-lo, ao cumprimentá-lo pelo brilhante trabalho realizado, fazemos votos de que seu substituto, jornalista Ênio Malheiros, consiga o mesmo êxito do Dr. Clóvis, na Diretoria Geral, cargo que assumirá dentro de poucos dias.

E lamentar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no instante em que o jornalista Ênio Malheiros deixa o Palácio Iguaçu, deixa a função em razão da criação da Secretaria de Comunicação Social. E lamentavelmente o cargo será ocupado por um profissional que não será jornalista, e o descontentamento da classe é generalizado pois se esperava que o Governador José Richa fosse convidar para Secretário da Comunicação Social, um dos milhares de profissionais da nossa imprensa do Paraná. Estranhamente, o Governador foi buscar, fora da profissão de jornalista, o titular para aquela nova Secretaria do Governo do Paraná.

Ainda ontem, na televisão, o Governador José Richa, ao conceder uma entrevista, deu uma “escorregada” e acabou sendo até indelicado com o jornalista Ênio Malheiros, porque a certa altura da entrevista, o Governador afirmou que estava convidando um homem, o Dr. Dalcalle para a Secretaria de Comunicação Social, porque ele precisava melhorar o seu relacionamento com a imprensa, como a que colocar restrições ao trabalho que o jornalista Ênio Malheiros desenvolveu como auxiliar, como homem de confiança, como homem de partido, como homem que ajudou o Governador José Richa em sua caminhada vitoriosa ao Palácio Iguaçu.

Lamento profundamente, porque conheço o jornalista Ênio Malheiros, e era de se esperar que, no momento de sua saída do Palácio Iguaçu, saísse da boca do Governador José Richa uma palavra de elogio, de agradecimento e de gratidão, ao trabalho desenvolvido pelo jornalista Ênio Malheiros.

Sr. Presidente, concluo o meu pronunciamento, lamentando primeiro a crítica, talvez até inconsciente do Governador José Richa ao seu auxiliar demissionário; segundo, critico o Governador e lamento a escolha de um homem não habilitado como jornalista para este tão relevante cargo do Governo, e por último, reafirmo os votos de gratidão ao Dr. Clóvis Stadler de Souza, um homem competente, digno, merecedor do respeito desta Casa, porque é um homem que, em todas as funções que ocupou neste Poder, nunca olhou para o lado político, de que partido era o Deputado que o procurava, sempre atendeu a todos com carinho e com dedicação e, nesta hora então, eu cumprimento ao Dr. Clóvis Stadler de Souza, desejando a ele felicidades na nova função no Banco do Estado do Paraná.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A negativa do Ministro da Justiça, Ibrahim Abi Ackel, até mesmo intervindo para que não fosse publicado no "Diário Oficial da União" o programa e os estatutos do Partido Comunista Brasileiro, na realidade, deve esta negativa merecer o nosso repúdio.

Na condição de democrata, entendemos que todas as correntes de opinião, devem ser representadas numa estrutura democrática.

E, por esta razão o fechar os olhos contra esta realidade, que congrega importantes militantes da política brasileira, demonstra, mais uma vez, a falta de visão, a contradição, a incoerência, o reflexo do autoritarismo, contra o direito mais elementar, que é o direito do cidadão constituir-se livremente, sob a agremiação político-partidária, que representa a resposta às suas aspirações.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Entre fazer uma concessão ao povo brasileiro, que a uma só voz articulou o apelo de "DIRETAS-JÁ", preferiu o Presidente da República, General João Figueiredo, ceder ao capricho dos indereitistas de todos os matizes, que surdos se fizeram às vozes da nacionalidade. E agora todos juntos, após cuspirem nos mais legítimos anseios de reencontro do povo brasileiro com os seus destinos, pagando estão o preço do ultraje à consciência brasileira. E é assim que se vão perfilando de crise em crise, ora agravada pela frustrada tentativa do Sr. José Sarney, em banhar no lavabo da prévia a suja carcaça das eleições indiretas.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, custa-nos crer que é real o alucinante desfile dos malufistas na Capital do País, todos eles travestidos de aguerridos coveiros da democracia. Tresloucados, fizeram-se pares incoerentes da destoante orquestra pedesista não mais suportada até pelo seu maestro-mor a nível nacional, e converteram-se em sanguessugas fatais do mais elementar ensaio democrático. Aves de rapina da pátria esmorecida, dividem entre si o espólio da voz da pátria sufocada na garganta, calcada, banida, mas sedenta de justiça, participação e liberdade. E tratam a sucessão presidencial no simulacro da negociata de uns poucos, como se os cento e trinta milhões de brasileiros nada tivessem a ver, e o que é mais grave, a sofrer ante a fria indiferença da abjeta encenação de tão hediondos atores.

É hora de romper com as amarras do entreguismo, que vai que vai comprometendo progressivamente a nossa própria soberania. O Brasil precisa falar. Agem os malufistas com o aval de vinte anos de mordacões atarracadas nos lábios de um povo traído em seus ideais mais sublimes. Mas basta de indignidade. A pátria sonha ao menos com o direito de, em vômito sonoro, despejar as parasitas que lhe infestam o ventre. Nosso repúdio, portanto, a todos os preparadores dos aviltantes funerais dos gritos de "DIRETAS-JÁ" ainda quentes nas avenidas, e que ainda ressoam de todas as praças e ruas.

O tempo escoa depressa, mas o Presidente João Figueiredo ainda pode converter-se em titular do reencontro com Nação, através da mão estendida ao inconfundível anseio do povo por "DIRETAS-JÁ". É preciso resgatar o Brasil do continuísmo da farsa indereitista. E quanto ao Sr. Paulo Salim Maluf, nossa particular abjeção, ele que é candidato favorito e abertamente disparado rumo ao primeiro lugar...

na corrida insana para a obtenção do prêmio "FOSSIL DA DITADURA".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE —(Trajano Bastos) —Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Não é novidade para ninguém as notícias de atuação irregular desenvolvida no Departamento de Trânsito do Paraná. Ao longo dos anos de sua existência, o órgão exigia mudança e para mudar e não continuar fingindo que se estava administrando, era necessário a transformação do DETRAN em AUTARQUIA. Conseguindo com isto sua autonomia financeira e administrativa e que atacasse de imediato dois pontos na sua atuação: o combate à corrupção e se realizasse o bom atendimento ao público. Era necessário combater os índices de corrupção. Não é por nada que o Paraná apresente o índice alarmante de mais de 30 mil carteiras de habilitação com os exames psicotécnicos falsos. Não conhecíamos esses números. Surgiram através de levantamento realizado pela atual administração. As sindicâncias realizadas em setembro de 1983 a maio de 1984 provocaram a descoberta de 16.303 carteiras de habilitação falsas e frias que foram cassadas. Existiam até recentemente no DETRAN do Paraná 400 mil processos, envolvendo requerimentos e outros documentos jogados em uma sala do órgão sem solução final.

A transformação do DETRAN em AUTARQUIA é um fato que modificará a atual situação do órgão. E ela exigia mudança na cobrança de taxas. As taxas do DETRAN estão defasadas há anos. Aliás, houve um caso pitoresco: de um ano para outro ao invés de haver aumento, o que ocorreu foi diminuição de 50 por cento dos valores. Com o DETRAN transformando-se em autarquia, com vida própria, não poderá se utilizar financeiramente de outros órgãos para cobrir suas despesas, como tem feito até agora. O DETRAN deve ter seus recursos de sua auto-suficiência retirados de suas taxas, dos seus serviços.

A atual situação do funcionalismo do DETRAN requer mudanças. O DETRAN é um dos órgãos estaduais que sempre remunerou muito mal seus funcionários, além de contar com 220 funcionários sem vínculo, nada recebendo do órgão. Havia também uma grande corrupção alimentada por funcionário. E já foram demitidos 130 funcionários por comprovada atuação corrupta.

Havia uma grande demora na expedição de documentos. Hoje a carteira de habilitação é expedida no prazo de 24 horas e a 2ª via de CNH está sendo expedida na hora.

A sistemática dos exames médico e psicotécnico será modificada para acabar com sua centralização fornecendo a padronização de critérios nos exames e o atendimento das necessidades da comunidade.

As recentes acusações impetradas contra o DETRAN são improcedentes. O aumento das taxas de serviços tem base teórica e só através desse aumento o órgão poderá combater a corrupção, prestar atendimento garantido e honesto à população do Paraná e pagar dignamente seus funcionários.

Quanto à empresa que elaborou os estudos de transformação do DETRAN em AUTARQUIA nada há de irregular. É a única no País em termos de "Know - how" em transformação em AUTARQUIA para DETRANs. Sua contratação se deu de forma inquestionável.

Deve-se lembrar ainda que a ação do administrador público deve ser voltada aos interesses comuns. O bem comum tem que ser alcançado. Não se justifica subsidiar serviços em detrimento de uma parcela da população que não é beneficiada por esses serviços".

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Sras. e Senhores Deputados.

Registro minha concordância com o pronunciamento do nobre Deputado Tadeu França, em relação ao ato arbitrário, da parte do Ministério da Justiça, de não autorizar a publicação dos documentos pré-registro do Partido Comunista Brasileiro. E comunico, nesta oportunidade, que estamos encaminhando à Mesa da Assembléia, um requerimento em que solicita, através de telex, ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Flávio Marcílio, para que essa publicação se faça no Diário do Congresso Nacional.

Creio que já houve manifestação em várias oportunidades, de Deputados de ambos os partidos nesta Casa, sobre o direito, a legalidade de todos os partidos e de todas as agremiações e correntes de pensamento e de ação na vida nacional. Cabe à Justiça Eleitoral e caberá mais ainda a uma nova Constituição neste País, os critérios de uma ampla liberdade de organização partidária, e o direito à manifestação e organização de todas as correntes de pensamento e de ação que os brasileiros queiram promover.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Senhores Deputados, é nossa intenção também nesta tarde, tarde do dia em que mais uma vez se realizou pela parte da manhã, uma reunião da Comissão de Saúde desta Casa, de trazer ao Plenário da Assembléia Legislativa, o problema dos medicamentos no Paraná.

Na mesma linha de denúncias sobre discriminação praticada pelo Governo do Estado, em que várias lideranças políticas nesse Estado por "n" oportunidades, mencionaram nesta Casa e na imprensa, seguindo esta mesma linha, há poucos dias, melhor dizendo há duas semanas atrás, se fez a divulgação de um convênio prestes a se firmar entre a União Municipalista do Paraná, presidida inteiramente pelo Prefeito Aurélio Regazzo, de Nova Aurora, e a Central de Medicamentos, órgãos do Governo Federal, ligados ao Ministério da Previdência.

A justificativa desse convênio, prestes a se formar na época e cuja intenção foi confirmada através de Telex, resposta à Comissão de Saúde desta Assembléia, de parte do Dr. Newso Guilherme Rebordão, Presidente da CEME, e que textualmente diz: "Impossibilitado de estar presente ao encontro de que trata o Ofício 10/84, aprez-me informar a Vossa Excelência que a CEME assinará convênio com a União Municipalista do Paraná, com vistas ao fornecimento de medicamentos, indenizáveis, em razão de solicitação feita pelo Presidente do órgão e dentro de suas atribuições

legais, a fim de viabilizar o atendimento das redes municipais de saúde".

Ora, Sr. Presidente, Senhores e Senhores Deputados, esta proposição de um convênio entre a União Municipalista do Paraná e a CEME, com a justificativa de discriminação por parte do Governo do Estado na área da saúde, na distribuição de medicamentos, foi desmentida na primeira sessão ordinária que a Comissão de Saúde realizou há 15 dias atrás, quando o Sr. Secretário de Saúde, trazendo os dados, os números, comprovou o tratamento igual que o Governo do Estado vem fazendo a todas as prefeituras. Tanto que as Prefeituras administradas pelo PMDB receberam a sua cota de medicamentos, oriundos do FINSOCIAL, de acordo com o critério de cálculo encima da população existente no município.

Isto está comprovado e documentado e foi apresentado à Comissão de Saúde desta Casa.

No tocante à venda de medicamentos, a Secretaria de Saúde mantinha até o anúncio deste Convênio, e manterá enquanto o convênio não vier a ser firmado, e daí a razão da nossa intervenção hoje, o tratamento igual, também às Prefeituras que se interessarem. No entanto, depois do contato que...

(Retirado o som).

Eu volto a tratar deste assunto no Horário da Liderança, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Encaminhamos à Mesa um requerimento solicitando voto de apoio ao Diretor do DETRAN do Paraná, Dr. Francisco Deliberador Neto, pela sua atuação à frente do órgão. E justificamos.

Está assim redigido o requerimento. (Lê):
"Sennor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvir o Plenário, seja transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa, voto de apoio ao Sr. Francisco Deliberador Neto, diretor do DETRAN-PR, pelo trabalho realizado à frente do órgão.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1984.

JUSTIFICATIVA:

Requeremos um voto de apoio ao Diretor do DETRAN do Paraná, Sr. Francisco Deliberador Neto, pelo trabalho de moralização que vem realizando naquele órgão estadual.

A transformação do DETRAN em autarquia, já é um avanço conquistado. As críticas sobre o aumento das taxas partem exatamente daqueles que desconhecem a verdadeira realidade do DETRAN do Paraná, onde sempre foi um antro de corrupção e favorecimento. Os que criticam são os mesmos que usufruíram do órgão para benefício próprio em épocas passadas.

As medidas saneadoras empregadas pelo Sr. Francisco Deliberador Neto estão dentro da filosofia do PMDB. Uma máquina que serviu longos anos para atender interesses de grupos, volta-se hoje com uma

atuação séria e honesta de seu Diretor para atender às suas finalidades.

Quando se quer mudar uma estrutura viciada, como no DETRAN, há sempre os que tentam impedir. Por isso, empenhamos novo apoio irrestrito ao Sr. Francisco Deliberador Neto, Diretor do DETRAN do Paraná, para que continue o trabalho de moralização do órgão.

Sabemos que falta muito ainda para se chegar ao ideal, mas já progredimos muito no sentido de recuperar para o Governo uma imagem de decência e honestidade”.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Concedo a palavra ao sexto orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O nobre Deputado Antônio Belinati, sob a alegação de que saudava o Diretor Geral da Casa, o jornalista Clóvis Stadler de Souza, entrou em críticas contra a indicação do ex-Deputado Luiz Alberto Dalcanalle, que presidiu esta Casa, para a Secretaria de Comunicação Social.

Fica difícil, Sr. Presidente, encontrar coerência naqueles que criticam o Governo do PMDB, porque não têm políticos no seu governo.

E quando um homem eminentemente político violentado por esta revolução que se estraçalha aos pedaços, tem a reparação justa de participar novamente da vida política.

Este homem que teve o mandato cassado em 1968; este homem que numa greve de jornalistas aqui nesta Assembléia Legislativa, quando a política do Sr. Ney Braga tentava massacrar os jornalistas do Paraná, não foi outro Deputado senão o então líder do PTB, Luiz Alberto Dalcanalle que empunhava a bandeira dos jornalistas para protestar contra a polícia do então Governador Ney Braga.

Por isso, não são procedentes as críticas que se levantam contra o político que assume uma posição de destaque no Governo José Richa, porque elas são totalmente incoerentes e injustas contra um homem que tem dedicado a sua vida ao cumprimento da tarefa política.

Luiz Alberto Dalcanalle, acredito, como Euclides Scalco, Deni Schwartz, Nelson Friedrich, haverão de dar um ritmo político que infelizmente é verdade, nosso governo ainda não encontrou.

Por isso repto aqui as afirmações de que a indicação de não um jornalista à Secretaria de Comunicação Social seria um desprestigiamento à classe jornalista, longe disso, nós do Governo do Estado e do nosso Partido, as maiores considerações pela classe jornalística do Estado do Paraná e temos sido os primeiros a preservar o direito e a liberdade da imprensa do Paraná.

Mas cabe ao Governo do Estado, por competência exclusiva do Sr. Governador a nomeação de seus auxiliares e a não indicação de um jornalista não quer dizer que estejamos desprestigiando a brava classe dos jornalistas.

A indicação de Luiz Alberto Dalcanalle, visa, isto sim, dar à classe política, esta sim é que precisa ser prestigiada, esta sim é que tem que tomar os destinos desta Nação nas mãos e não a tentativa, como se tentou aqui, de fazer crer de que seria um desrespeito, um desprestígio à nobre e valorosa classe dos jornalistas do Paraná.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de nossa parte e da nossa Bancada, saudamos e damos as boas-vindas e os parabéns a Luiz Alberto Dalcanalle, ex-Presidente desta Casa, Deputado vitimado pelo arbítrio e pela prepotência e que agora ao voltar na condição de Secretário de Estado, se lhe faz uma reparação justa de quem dedicou uma vida inteira à nobre e digna função da classe política.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Sérgio Spada, inscrito.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“A análise da situação política nacional passa, necessariamente, pela consideração de que no Brasil não há um Governo Central eleito. Pelo contrário, o País é governado já não só em segredo, sem que o povo saiba ou possa saber que leis se preparam, e que intrigas se tramam.

Nenhuma iniciativa concreta é adotada para debelar os efeitos da crise econômica, social e financeira. Imobilizados diante da inflação, do desemprego, das dívidas externa e interna, da alta do custo de vida, dos baixos salários, o Governo pronuncia medidas que agravam o quadro ainda mais e abrem espaço, por conseguinte, para o terrorismo e até mesmo, para o golpe no interior do próprio sistema.

No campo situacionista, as alternativas são cada vez mais estreitas. Com o envio da Emenda Constitucional Leitão de Abreu, o Palácio do Planalto admite, explicitamente, a necessidade de mudanças, mas o faz dentro de uma manobra tática diversionista, procurando dividir as oposições, desmobilizar os movimentos de massa e reciclar o arbítrio. Diz que a Emenda coroa o processo de abertura política, quando, em verdade, freia o curso natural do processo político que seria a convocação de eleições diretas já para a sucessão do General Figueiredo.

Teme as diretas, porque não admite ver seus acordos com o FMI, sua política social e econômico-financeira, e seus atos do pós-64 averiguados por um Governo livremente eleito. Acena com teses como a prorrogação do mandato de Figueiredo, consenso com um quinto nome e, percebendo que a Nação repudia suas propostas, aposta em Andreazza como alternativa para fechar o ciclo militar, ainda que importantes chefes militares a ele se contraponham.

Condenado, com efeito, a uma fragorosa derrota eleitoral em 86, o PDS não dispõe de um mínimo de unidade para coordenar o processo sucessório e a tentativa de a Presidência da República mediar a sucessão, através da renúncia dos presidenciáveis e da realização

de prévias internas no PDS, encontra logo em Maluf raivosa e incontida reação. Impondo sucessivas derrotas ao núcleo autoritário do Planalto, Maluf faz e desfaz no partido governista. Define votações, prioridades e promove ameaças veladas contra o Planalto, desferindo ataques duros a todos quantos se lhe opõem, quando desautoriza a inclusão de seu nome nas prévias e contra-ataca, através dos malufistas no Congresso Nacional, exigindo a renúncia do Presidente Nacional do PDS, fato que veio materializar-se ontem, na Reunião da Executiva do Partido.

É óbvio que a posição de Maluf já não lhe pertence, pois, que representativa parcela ponderável do grande empresariado do eixo Rio - São Paulo, de grupos econômicos estrangeiros e de forte base sócio-parlamentar de direita, sem contar os organismos de extrema-direita que lhe sustentam, seja no interior das Forças Armadas, seja na clandestinidade civil.

A candidatura Aureliano Chaves, de sua parte, dócil na condenação de aspectos secundários da política do Governo de que participa, dividindo com Andreazza o apoio da decadente classe dos latifundiários, sustentada em setores do empresariado, particularmente o mineiro, é francamente minoritária entre os convencionais do PDS e enfrenta resistências no Planalto. Trata-se, é importante que se identifique, de resistência que advém não daquilo que faz o Vice-Presidente em favor da democracia, mas daquilo que não faz para enfrentar a ofensiva das oposições brasileiras. Não representa, de nenhum modo portanto, uma alternativa democrática de transição. É antes uma candidatura de direita moderna e esclarecida, saída, como as demais candidaturas pedessistas, do seio da classe dominante brasileira.

Da perspectiva do Paraná, todas as candidaturas são nocivas e contrárias aos interesses de seu povo. Além dos depoimentos condenatórios que os currículos dos presidenciáveis determinam, todas as candidaturas pedessistas trazem em seu bojo, notórios inimigos do povo do Paraná. Andreazza transporta o notável camaleão Paulo Pimentel, Presidente Regional da massa falida pedessista e que só não mudou mais vezes de posição porque, de modo geral, seus interesses se orientam pelo enriquecimento às custas da chantagem e da manipulação de informações públicas. Aureliano, auto-intulado redentor nacional da organização governista, não cora em falar de entendimento e, ao mesmo tempo, posar ao lado de seu estafeta general de contra-cheque Ney Braga. Maluf, por sua vez, aparentemente mais tímido, ancora-se no aparato de comunicação do Deputado Federal Martinez, aglutinado no seu barco "verde esperança", eminentes reacionários desiludidos com o alijamento do Poder real e esperançosos de dias melhores para si e para os seus.

Verifica-se, por aí, que a disputa se situa no terreno das dissensões da classe dominante. Não traduz divergências de fundo quanto à orientação política do País. Não enseja mudanças. Não são marés nas quais devam embarcar homens e mulheres de boa-fé.

De outro lado, Senhor Presidente, Senhores Deputados, no campo das oposições surgem três

posições fundamentais, que se desenvolvem dinamicamente e terminarão por definir uma postura unitária de enfrentamento do impasse institucional e da crise econômica.

A primeira posição, visa à negociação e propõe a desmobilização dos comícios, admitindo a eleição do novo Presidente no Colégio Eleitoral ou no Congresso Nacional, com a aceitação das hipóteses de mandato-tampão e/ou prorrogação do mandato do Presidente Figueiredo. Esquece, entretanto, o fundamental da situação política nacional. Esquece que a abertura política e as liberdades democráticas conquistadas não são obras de João Figueiredo. São, ao contrário, liberdades contra este, porque ele representa o continuísmo, o desemprego, a repressão e a morte pela doença e inanição. Isto é fundamental, Senhor Presidente, e a ninguém é lícito esquecer ou omitir.

Para respaldar esta TESE DA CONCILIAÇÃO NACIONAL, defendida por figuras expressivas das oposições brasileiras, fala-se também, em lançar novo partido político; especula-se com a idéia de um candidato de consenso, fora das listas atuais de presidenciáveis; esboçam-se pactos entre candidatos, sempre alegando que isto tornaria inviável a escolha de Maluf ou de Andreazza no Colégio Eleitoral.

A segunda posição assume papel particularmente interessante, embora não desfrute de ressonância no movimento social brasileiro. Nem negociação, nem mobilização, esperando que da luta política resulte a oportunidade de um golpe ou então a montagem messiânica de um governo dos trabalhadores. Campo fértil a esta tese localiza-se entre aqueles que se omitem do pronunciamento político no seio do próprio regime ou então, aqueles que, também isolados, priorizam ações e iniciativas individuais, de caráter anarquista, capazes de reacender o ânimo adormecido da repressão política no País.

A terceira tese, à qual honrosamente me filio, parte da avaliação de que é louvável a preocupação de impedir que "trombadinhas" como Andreazza e Maluf cheguem à Presidência da República. Mas, considera que é ingenuidade pensar que o assunto resolva em acertos de bastidores, pois nesse terreno o Governo leva vantagem. Nos gabinetes, Senhor Presidente, é mais fácil corromper, distribuir privilégios, comprar os vacilantes."

O Sr. Gilberto Carvalho - Um aparte, Senhor Deputado. (Assentimento).

Nobre Deputado, estou acompanhando o pronunciamento de Vossa Excelência, e pode ter a posição que julgar necessário, mas não posso concordar de forma alguma com as expressões que Vossa Excelência usa na tribuna, usando os termos "trombadinha" para dois homens: um que já foi Prefeito da Capital de São Paulo, e outro que já foi Governador de São Paulo, e que hoje é um dos candidatos à Presidência da República, e que teve a coragem de proporcionar a abertura democrática no momento em que o Ato Institucional nº 05 estava em vigor. Como também teve a coragem de enfrentar, na época, e disputar as eleições por São Paulo, e cumprir o mandato até

o fim. Vem depois, também numa outra posição, que tem Franco Montoro, no Governo do Estado, procurando por todos os meios a sua condenação, e até agora não provou nada contra a administração Paulo Maluf.

Não estou aqui fazendo a defesa como Malufista, de forma alguma porque vou a tribuna daqui há pouco para dizer a minha posição, mas merece o nosso respeito pela coragem que teve no momento difícil, de tomar uma posição e de enfrentar, à época, o Ato Institucional n.º 05 e de disputar as eleições; e Mário Andreazza, que já prestou relevantes serviços a este País, como Ministro dos Transportes, como Ministro do Interior e que tem obras realizadas em todo País, todos criticam as medidas arrojadas que tomou, da Transamazônica, várias obras de vulto neste País, mas graças a este trabalho, está possibilitando o desenvolvimento do mesmo, e ontem mesmo, saíram de Curitiba vários veículos, caminhões e ônibus, levando pessoas daqui que não tinham onde trabalhar a terra, indo para o Amazonas; graças a essa possibilidade oferecida.

Por isso, lamento que Vossa Excelência, tome uma posição de julgar nestas condições, dois eminentes homens públicos que servem este País com realidade.

O SR. SÉRGIO SPADA - Agradeço o aparte de Vossa Excelência nobre Deputado, mas não vejo porque Vossa Excelência se sinta atingido, ou acha que a expressão "trombadinha" atinja tão frontalmente...

O Sr. Gilberto Carvalho - ... se é normal para Vossa Excelência que deu uma demonstração no seu Partido, o que aconteceu com Erasmo Garanhão há pouco tempo, no nosso partido não é normal a palavra "trombadinha".

O SR. SÉRGIO SPADA - Eu admiro que quando uma criança, às vezes até rouba uma carteira, por ter fome, às vezes é taxada de "trombadinha", e neste Brasil tem milhões de "trombadinhas" que nós usamos para chamar-lhes e, ninguém se ofende e se põe em defesa desses coitados, que são frutos desse regime expúrio que está aí no Brasil, dessa política econômica errônea.

Agora, quando o Senhor Paulo Maluf, arquitetou, inventou a "paulípetro" em São Paulo, que deixou a Nação inteira boquiaberta com o escândalo na imprensa oficial, com doações de carros para jogadores de futebol, que é realmente um marginal, e a opinião pública realmente tem este conceito do Senhor Paulo Maluf, não gosta que use esta expressão aqui. E quando a gente, toda a sociedade atribui este tipo de adjetivo a um pobre coitado, ninguém se levanta para defendê-lo.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Fiori Luiz - Nobre Deputado Sérgio Spada, quero cumprimentá-lo, pelas suas colocações num momento muito importante da vida nacional. Pode crer o nobre Deputado que a renúncia do Presidente do PDS terá, ainda, consequências mais graves para o quadro político nacional.

E este é o momento certo para o PMDB fortalecer a sua campanha das diretas. O PMDB que é o Partido de Oposição mais forte deste País, precisa e deve continuar avançando rumo às diretas, através da mobilização popular. Agora, não somos nós, classe política que não queremos Andreazza e Maluf. É só conversar com os militares consequentes desta Nação, os homens sérios das três Forças Armadas, que eles também não aceitam e muitos acham que já roubaram demais. Os próprios militares, os consequentes, não aceitam Andreazza e Maluf e posso até adiantar que um candidato desses militares mais consequentes, é Ruben Ludwig. Daí, que eu alerto os companheiros de que a situação que nós vivemos é uma situação dramática.

Estamos à beira de um desconhecido. Não sabemos o que virá pela frente. Agora, o nobre Deputado Gilberto Carvalho falou das obras realizadas pelo Coronel Mário Andreazza, obras de corrupção. A Transamazônica foi corrupção. Ponte Rio-Niterói foi corrupção. Ele é tido hoje como o Coronel mais rico do mundo, graças à corrupção que praticou nessas grandes obras; uma inacabada, entregue ao mato, que é a Transamazônica, onde enterraram bilhões e bilhões de dólares. Obras de corrupção, está é a grande obra do Coronel Mário Andreazza.

Com relação a Paulo Maluf, não é preciso nem comentar. Esse é o símbolo da corrupção nacional. Qualquer criança de grupo sabe. Maluf faz campanha com o dinheiro da mãe dele e o Mário Andreazza faz campanha com o dinheiro das nossas mães. Essa é a grande diferença entre ambos.

Agora, ambos se constituem num símbolo de corrupção nesse País. Só há uma saída, nobre Deputado, são as "Diretas já", e o PMDB deve reprogramar a sua atuação de mobilização popular o quanto antes, porque enquanto nós tivermos homens como Maluf, Andreazza e tantos outros, correndo o Brasil, comprando voto, aparecendo na imprensa - e é por isso que a classe política do Brasil está desmoralizada por homens sem escrúpulo, sem moral, sem decência, sem dignidade, como Mário Andreazza, Paulo Maluf, Amauri Stabile, Shigeaki Ueki e tantos outros grandes ladrões dessa Nação, que o povo conhece sobejamente.

É preciso um basta a essa situação. Só há um caminho: de o povo, sessenta milhões de brasileiros elegeram por voto direto e secreto aquele que vai mandar na gente. Nós não podemos nem eleger quem vai nos governar, quem vai mandar em nós. Chegamos ao cúmulo do absurdo. Mas o PDS está todo esfaqueado. Não existe mais o PDS no País; prova disso foi os 3,2% dos votos na eleição de Santos, o PDS foi varrido da orla marítima, em Santos, então não existe.

Agora, o PMDB tem que avançar na sua proposta de salvação nacional, que é as "Diretas já".

Obrigado.

O SR. SÉRGIO SPADA - Aliás, Deputado Fiori Luiz, a cria do regime Paulo Maluf está se voltando contra o criador. Bagunçou a convenção do PDS que indicou Governador do Estado de São Paulo, tirando de Laudo Natel que era o candidato do Presidente, o Governo

do Estado de São Paulo e agora está bagunçando todo o PDS. E Maluf significará "não" não só para o regime, mas para toda a Nação brasileira. Uma série de

O Sr. Fiori Luiz - Inclusive, se me permite, o Deputado Farabolini está com o projeto, em Brasília, e que eu pessoalmente sou contrário; trata-se da implantação da pena de morte no País, mas se passar essa lei, vai ser difícil escolher primeiro entre tantos nomes que já citamos para inaugurar a pena de morte, heim?

O SR. SÉRGIO SPADA - Eu agradeço o seu aparte.

Aliás, Maluf, que é uma candidatura indesejada pelo regime e pelo sistema, está aí, fadado a ser o Presidente da República, a prevalecer essas normas do Colégio Eleitoral. Será uma derrota ao regime, porque não vai conseguir impor o seu Presidente da República. Outra derrota vai ser pelo fato de ter sido eleito por esse expúrio Colégio Eleitoral.

Outra derrota do regime e para toda a Nação brasileira porque vai ser Presidente da República, um homem indesejável, repudiado por toda a Nação brasileira. (Lê):

"Não há de se temer negociar, principalmente quando se tem como norte os interesses do povo e do País como irremunciáveis. Mas é engano pensar que a negociação possa paralisar a poderosa máquina de chantagem do regime militar. O que paralisar esta máquina só pode ser o encorajamento do espírito oposicionista existente dentro do próprio PDS e o reforço à coerência dos democratas oposicionistas. E isto se faz nas ruas, nos comícios, nos movimentos de massa. Repito, Senhor Presidente, Senhores Deputados: O QUE PODE PARALISAR ESTA MÁQUINA DE CHANTAGEM DO REGIME MILITAR SÓ PODE SER O TRABALHO POPULAR DE MOBILIZAÇÃO. Fugir desta realidade é equívoco, pois, uma simples manobra para tirar os presidenciáveis Maluf e Andreazza da sucessão não resolve. Exemplo cabal desta afirmação é a proposta de prévias no PDS, que terminou por fortalecer a quem pretendia aniquilar. O importante é educar o povo, levá-lo à participação e ao Poder, se possível for.

Esta posição não pode estar desligada de um Programa Mínimo de Ação e Transformação Políticas, Sociais e Econômicas, consubstanciado nos seguintes pontos principais:

Primeiro, eleições diretas para a Presidência da República no máximo até o dia 15 de janeiro de 1985, com o lançamento de uma candidatura unitária dos partidos políticos de oposição.

Segundo, repúdio ao Colégio Eleitoral e suas variantes, com a recusa de participação, sob todas as hipóteses, de foruns indiretos para a escolha do futuro Presidente.

Quarto, convocação da Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana para 15 de novembro de 1986.

E último, definição de um programa governamental de emergência capaz de atacar os pontos centrais da vida política, econômica, financeira e social do País.

A necessidade deste Programa Mínimo identifica no Governo Figueiredo o principal obstáculo para a

realização de eleições diretas, já que objetiva justamente e sua substituição por um Governo democrático, garantido por uma Constituição legítima. Não há como deixar de ter a clareza de que tal Governo e tal Constituição jamais serão construídos nos marcos do atual regime, tampouco poderão sair do Colégio Eleitoral e do Congresso Nacional.

No que diz respeito às candidaturas oposicionistas para a Presidência da República, tem-se o consenso de que a unidade das oposições é fundamental para derrotar o regime, bem como é o PMDB que reúne as condições para apresentar o CANDIDATO ÚNICO DAS OPOSIÇÕES. Neste quadro, surgem expressões como a do Governador Franco Montoro, do Governador José Richa, do Senador Fernando Henrique Cardoso e do Deputado Federal Miguel Arraes. São todos nomes com amplas condições morais e políticas de ocupar o cargo de Primeiro Mandatário da Nação. Elejo entretanto, desde já, o Presidente Nacional do PMDB, Deputado ULISSES GUIMARÃES, como o Presidente moral da Nação, Timoneiro do movimento popular-democrático brasileiro, CANDIDATO ÚNICO DOS PARTIDOS DE OPOSIÇÃO NO BRASIL. E o faço no entendimento de que a ação política do "guerreiro" Ulisses constitui a mais poderosa credencial para o enfrentamento do arbítrio e da reação, opção sobre a qual convoco todos os Parlamentares a refletir.

Do mesmo modo, a Assembléia Nacional Constituinte que advogamos deve ser eleita por todo o povo e integrada por Deputados ungidos em eleições limpas, livres, diretas e universais. Pregamos a Constituinte sem João Figueiredo que realmente expresse a soberania popular, com supressão de privilégios e seguridade de liberdades políticas as mais amplas. TODO O PODER ÚNICO E INDIVISO PARA O POVO, A FIM DE QUE O POVO LIVRE E ESCLARECIDO APRENDA, ELE PRÓPRIO, A ADMINISTRAR OS SEUS ASSUNTOS.

O repúdio ao Colégio Eleitoral tem em sua base a análise da Emenda Constitucional n.º 22, que lhe dá vida e conformação jurídica. Em primeiro lugar, a fixação de seis (06) delegados por Estado, indicados pelo maior partido nas Assembléias Legislativas, além de criarem as dificuldades que a Constituição não prevê, em Estados, como Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, criam o absurdo de que para a escolha do Presidente, o Território de Roraima, com uma população de 75 mil habitantes, por quem tenho todo o respeito, apresentará o mesmo número de delegados que o Estado de São Paulo, com 25 milhões de habitantes.

Acrescente-se a figura dos biônicos, que infelizmente em diminuta minoria têm abrigo no partido a que pertencem, e o PDS tem 16 Senadores a mais. E tendo a Emenda n.º 22 fixado em oito (08) o mínimo, e sessenta (60) o máximo de Deputados Federais por Estado, São Paulo exigiu para a eleição de um seu Deputado, 250 mil votos, enquanto o Acre o fez com pouco mais de 14 mil. Também a elevação da representação de cada território de dois (02) para quatro (04) dá, no final de contas, trinta e seis (36)

votos a mais para o partido do Governo, quando pelos critérios anteriores aos estabelecimentos pela Emenda n.º 22 as oposições teriam cerca de cem (100) votos a mais. Verificadas estas distorções que o desmoralizam, conclui-se de pronto que o regime criou uma monstruosidade jurídica, insustentável sob todos os aspectos.

Mas, nem tudo é como d'antes no quartel de Abrantes. Já podemos ver que o Colégio Eleitoral dificilmente será regulamentado pelo Congresso Nacional e se regulamentado não conseguirá reunir-se pela ausência abstencionista da maioria absoluta. Provavelmente, não será por essa via espúria que o regime logrará sua continuidade. O que é possível, todavia, é que a crise que se pronuncia será a sepultura do regime na nova que ele próprio criou. Nem a "matemática" do Planalto conseguirá sair dessa.

E processamos esta avaliação já com a perspectiva de que a Emenda Leirão de Abreu será rejeitada pelo Congresso Nacional, não havendo aí nenhuma surpresa já que o próprio Governo não se empenha em sua aprovação.

O impasse está colocado. De nossa parte, as "Diretas, já" são negociáveis e o Colégio Eleitoral e suas variantes, por mais inteligentes que sejam, são inaceitáveis. E quem criou este impasse não fomos nós, da oposição, e sim os casuístas sórdidos da ditadura.

A conclusão passa a ser evidente: **SOMENTE UMA AVALANCHA DAS MULTIDÕES NAS RUAS SERÁ CAPAZ DE ALTERAR O CURSO DO PROCESSO POLÍTICO-INSTITUCIONAL.** Se não formos capazes disso a contradição persistirá e com ela a necessidade de resolver o problema mais à frente, já que não será possível manter esta situação indefinidamente.

Não venham os pedessistas empedernidos dizer que nos temos de conformar, pois, pelos seus cálculos perdemos as eleições. Vencemos e por milhões de votos, Senhor Presidente. Nem mesmo os casuístas que cercaram as eleições, como a censura à Imprensa, indústria da seca no NORDESTE, uso das máquinas administrativas dos Estados, municípios e da União, envolvimento de empresas multinacionais, puderam impedir que o povo repudiasse firme e amplamente o PDS e o regime militar.

Nossa posição é clara e pública. Defendemos a entrada em ação de todos os mecanismos democráticos capazes de reverter a situação política atual. Defendemos a realização de CONVENÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO PMDB para definir seu candidato, seu roteiro de mobilizações e sua posição sobre os diferentes aspectos da conjuntura nacional. Defendemos o desencantamento de comícios gigantescos, como o que deverá realizar-se em Curitiba no próximo dia 25. Defendemos o plebiscito como forma de demonstrar à opinião pública internacional que o Brasil quer votar já para Presidente da República. Defendemos a tomada de posição desta Assembléia Legislativa contra todas as hipóteses de participação no ilegal e ilegítimo Colégio Eleitoral.

Conforta-nos saber que a capacidade e o poder de manobra das oposições é amplo, uma vez que é orientado

e sustentado no interesse das amplas massa populares.

Conforta-nos saber que os inimigos do povo não possuem a força que aparentam ter, por maiores que sejam seus recursos, por mais numerosas que sejam suas armas. São fracos, Senhor Presidente, porque se põem contra as mais profundas aspirações populares e defendem uma causa injusta.

Finalmente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é perfeitamente compreensível o medo às "diretas e à liberdade que toma em pânico os pedessistas. Vivem o medo porque o imperialismo e suas empresas realizam no País. Porque o Governo, que queremos estimulará o cooperativismo e superará, dentro das condições concretas em que ocorrer, o latifúndio assegurando ampla liberdade de organização sindical dos trabalhadores do campo e da cidade rumo do processo de reforma agrária massiva, geral e imediata.

O Governo que queremos adotará medidas drásticas contra os especuladores, incentivando a produção e reduzindo os impostos sobre os produtos de primeira necessidade. Empenhará todos os esforços na superação do analfabetismo e na democratização da educação e da cultura e, acima de tudo, na mobilização do povo para a resolução de seus problemas.

O Governo que queremos suspenderá o pagamento da dívida externa e será intransigente na defesa dos bens públicos, punindo, com todo o rigor, os corruptos, contrabandistas e negociastas de toda a ordem. Deverá fazer rigoroso levantamento das finanças do País, confiscando as fortunas obtidas à custa do roubo e da pilhagem dos cofres públicos. Por fim, o Governo que queremos, fiel intérprete da soberania popular, garantirá irrestrita liberdade de palavra, de reunião, de associação, de greve e de imprensa. Deverá, igualmente, suprimir todos os órgãos de repressão contra o povo, eliminando a tortura de motivação política e social e mantendo as instituições militares sob severa vigilância do povo e de seus representantes. Trataremos de construir e implantar um elenco de medidas contra as quais a reação, os velhacos e os oportunistas não saberão onde enfiar-se, daí o grande medo às diretas e à liberdade."

Era o que tinha que dizer.

MUITO OBRIGADO.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do espaço que lhe é reservado.

O SR. LÍDER - Fará uso do Horário de Liderança, Senhor Presidente, o Sr. Deputado Nelson Vasconcellos por 10 minutos e a seguir o Deputado Fiori Luiz por quinze minutos.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Está com a palavra o Senhor Deputado Nelson Vasconcellos

O SR. NELSON VASCONCELLOS - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Há pouco mais de um ano, como resultado da firme vontade de mudança do povo do Paraná, JOSÉ RICHA assumia a condução dos destinos do nosso

Estado.

Fermentando vontades e catalisando esperanças o Governo do PMDB vem demonstrando, de modo insofismável, o quanto é possível fazer quando as potencialidades e os esforços são capitalizados numa perspectiva de desenvolvimento, paz e justiça social, aliada a um processo de efetiva democratização do poder.

Na área da Saúde, que nos é cara não somente por havermos abraçado o exercício da Medicina, mas também por significar um dos aspectos mais dramáticos do cotidiano do nosso povo, são notórios e expressivos os ganhos e avanços conseguidos nesses primeiros doze meses de trabalho.

Não nos é desconhecida a triste realidade do nosso País, no âmbito da Saúde. Podemos afirmar, sem medo de exagerar, que o Brasil é um País doente. Algumas regiões do Norte e Nordeste são detentoras de índices de mortalidade infantil dos mais altos do mundo. Sobe a mais de 40 milhões, o número de doentes portadores de esquistossomose, bócio endêmico, moléstia de Chagas, tuberculose, lepra, verminose, malária e outras.

Evidentemente, a questão da Saúde, em nosso País, não é meramente técnica. Ela decorre das condições estruturais, sócio-econômicas, que mantêm o povo brasileiro cativo da miséria e da marginalização social. Condições estruturais que, apesar de existirem há longo tempo, agravaram-se sobremaneira a partir do modelo implantado pelo regime pós-64 que, promovendo intensa concentração de riquezas, graças à compressão salarial e ao amordacamento da cidadania, recalcou a qualidade de vida deste povo a níveis subumanos.

Estamos plenamente concordes com o Doutor Sérgio Arouca, professor de planejamento da Escola de Saúde Pública de Manguinhos, quando afirma que "o Brasil pode vangloriar-se de ser o primeiro País do mundo a socializar a doença". E demonstra que, na verdade, se temos efetivamente o instrumental necessário para as soluções técnicas competentes, faltou-nos a vontade política para desenvolver a atenção primária à saúde e a viabilização de um sistema único de saúde com prevenção e cura perfeitamente integrados.

O PMDB, ao assumir o Governo do Estado do Paraná, consciente de suas responsabilidades históricas, procurou implementar uma política de Saúde coerente com as aspirações e verdadeiras necessidades populares.

Desta forma, sob a direção do Excelentíssimo Senhor Secretário, Dr. LUIZ CORDONI JÚNIOR, a Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social fixou três pontos norteadores de sua política de ação: (A) participação comunitária; (B) ampliação do acesso aos serviços de saúde; (C) elevação da qualidade desses serviços.

Os frutíferos resultados deste primeiro ano de trabalho estão objetivamente condensados no opúsculo "RELATÓRIO DE UM ANO DE GESTÃO", publicado pela Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social, opúsculo que servirá de roteiro para este

nosso modesto pronunciamento.

A estratégia adotada para a concretização das metas do Governo na área da Saúde contempla cinco aspectos básicos, a saber:

- (A) a regionalização e hierarquização dos serviços;
- (B) sua integração e coordenação;
- (C) utilização e desenvolvimento de tecnologias apropriadas;
- (D) democratização administrativa;
- (E) participação popular.

A utilização dessa estratégia, aliada aos princípios de moralidade e austeridade no trato com a coisa pública marcantes na administração atual, possibilitou louvável racionalização dos gastos, com seu direcionamento efetivo para áreas prioritárias. Salientamos, para efeito de demonstração, a incrementação das coberturas, apesar dos obstáculos levantados pelas catástrofes naturais que se abateram sobre o Estado logo no início do governo, conforme se constata na tabela abaixo:

COBERTURAS VACINAIS EM VACINAÇÃO DE ROTINA, 1982 E 1983.

TIPOS DE VACINA	1982	1983
BCG (contra tuberculose).....	80,7%	99,4%
Tríplice (contra difteria, tétano e coqueluche).....	66,0%	83,4%
Sabin (contra paralisia infantil).....	63,2%	73,5%
Anti-sarampo.....	100,0%	100,0%

Outros resultados obtidos que merecem destaque e que gostaríamos de declinar:

- (a) a ampliação do programa de controle da tuberculose que, de 45,9% passou a atingir 84% dos municípios paranaenses;
- (b) a ampliação de 58,1% para 77,7% de municípios cobertos pelas ações de controle de hanseníase;
- (c) o controle da raiva e o empenho no seu tratamento preventivo, com a utilização pioneira do soro anti-rábico homólogo;
- (d) a reforma do laboratório Químico-Farmacêutico, permitindo para este ano um aumento de cerca de 50% de sua produção de medicamentos, contribuindo para razoável economia com os gastos neste setor;
- (e) a adequação do Pronto Socorro Psiquiátrico para unidade intermediária de tratamento, com a implantação da primeira unidade de eletroencefalografia e a ampliação do número de leitos;
- (f) a implantação da Terapia de Reidratação Oral nos Distritos Sanitários, com uma nova metodologia privilegiando a prestação frequente de informações quanto ao número de crianças atendidas e a integração com outras instituições;
- (g) o redirecionamento da política de saúde mental, enfatizando-se a psiquiatria dinâmica, a desospitalização do paciente, o menor uso de medicamentos, a descentralização do atendimento ambulatorial, a terapia ocupacional e a pensão protegida;
- (h) a criação da Comissão Permanente para o controle do uso de psicotrópicos;
- (i) a implementação da Assistência Farmacêutica, com o estabelecimento de novos critérios para conveniamento com as prefeituras municipais e a definição de prioridade para 65 produtos considerados essenciais à rede básica de serviços de saúde, eliminando-se

o risco de perda de medicamentos por vencimento do prazo de validade;

(j) a ampliação da assistência odontológica, com incremento das atividades de bochecho com fluor nas escolas públicas, e a melhor utilização dos 125 consultórios odontológicos já existentes, através de acordos com as prefeituras municipais;

(l) alteração das atividades de Saneamento e Vigilância Sanitária, que deixaram de ter caráter meramente fiscalizador para serem preferencialmente orientadoras, objetivando padrões mínimos de higiene além da sua descentralização para as sedes dos Distritos Sanitários.

Na área de Apoio Técnico, salientamos a implantação de mais 104 postos de coleta de amostra, além dos 74 existentes, com a experiência, pioneira no País, do sistema de remessa postal, assim como o início da reforma do edifício para operacionalização do núcleo inicial do Centro de Hemoterapia do Paraná (HEMEPAR), com equipamento técnico já adquirido.

Finalmente, não poderíamos deixar de mencionar, como outro instrumento de mudança e fator de esperança, o lançamento do plano para a municipalização da saúde, apresentado recentemente pelo Senhor Secretário e que foi objeto de extensa reportagem da "Folha de Londrina", do dia 17 de maio p.p.

Esse plano, apresentado num volume denominado "Projeto de Expansão da Cobertura das Ações de Saúde mediante a Interiorização e Municipalização dos Serviços", parte da análise da realidade paranaense, mostrando o nosso Estado como um "Estado doente", em situação pior do que os demais Estados da Região Sul. Este projeto de grande relevância, estabelecido com o fito de bem aproveitar parte dos recursos provenientes do aumento da tributação de ICM, significa a grande abertura para a participação popular nas ações de saúde, a par de demonstrar o empenho do Governo José Richa na solução dos problemas sociais do nosso Estado.

Tais são alguns exemplos, pinçados no Relatório cuja leitura recomendamos a todos os nobres Deputados, que vêm comprovar a especial atenção deste Governo com a saúde do povo do Paraná.

Enfim, Senhores Deputados, tais indicadores demonstram que estamos diante de uma nova realidade.

Estamos conscientes de que a saúde do povo brasileiro implica numa série reorientação da política econômica, com a superação de distorções infra-estruturais inerentes ao modelo adotado, e na democratização da sociedade. Podemos perceber, no entanto, que quando um Governo possui vontade política, que só pode advir de sua legitimação pela expressão da vontade popular, é possível iniciar a mudança.

Ventos novos sopram no Paraná. São ventos de mudança e de esperança.

Anos seguidos de autoritarismo, de descaso para com o povo, de manipulação das instituições públicas em proveito de minorias privilegiadas, conduziram-nos ao caos e ao impasse a nível nacional. As eleições de 1982 deram a primeira sacudida no torpor da sociedade brasileira. A grande mobilização

nacional pelas Diretas-já, iniciada nesta mesma Cidade de Curitiba, firmou um nova realidade para uma cidadania mais consciente e participativa. São novos tempos. O Governo José Richa, pela sua postura competente e honesta, tem sabido corresponder a essa nova realidade. E é nossa convicção profunda que, pela sua transparência e abertura, está colaborando enormemente nesta cruzada pela libertação do futuro da Nação brasileira e para o engrandecimento do Paraná."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE —(Werner Wanderer)—Está com a palavra o Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos encaminhando à Mesa, requerimento solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do comentário do Deputado Federal Hélio Duque, intitulado "PARANÁ ASSALTADO EM 10 MILHÕES", da edição da "Folha de Londrina", do dia 09 deste mês. (Lê):

"O escândalo da Capemi, que trouxe mais de 200 milhões de cruzeiros para a Nação, envolvendo o SNI e grande parte da estrutura do poder republicano se locupletou, também, dos recursos públicos paranaenses. Eis um bom tema para a Assembléia Legislativa aprofundar exigindo a punição dos responsáveis e o ressarcimento integral dos bilhões de cruzeiros que o Paraná está ameaçado de nunca mais ver sequer a cor ou o cheiro.

Em outubro de 1982, o Banco do Desenvolvimento do Paraná (Badep), numa operação relâmpago, emprestou 6 milhões de dólares, à empresa "Servix Engenharia", sediada em São Paulo, sem nunca ter tido ou pretendido ter qualquer tipo de atividade no nosso Estado. Pouco mais de 20 dias após a aprovação do empréstimo, a carta de desconto foi transformada nos dólares desejados, através da Brasilinvest, e a empresa pedia concordata. Um escândalo, para se dizer o mínimo. Hoje cabe ao governo honrado e sério de José Richa pagar as parcelas que já começaram a vencer dessa "refinada malandragem". Na cotação atual do dólar, significa que o total da dívida beira os 10 bilhões de cruzeiros. A cada seis meses vencem parcelas de 500 mil dólares, num total de 12, portanto num prazo de seis anos. Dinheiro que está sendo retirado de programas que, deveriam se destinar ao desenvolvimento do nosso Estado. E 500 mil dólares significam pouco mais de 800 milhões de cruzeiros, pagos semestralmente.

Na verdade resta perguntar quem autorizou a inusitada operação? Por que o Badep foi escolhido para privilegiar um empresa não-paranaense? Não foi, por acaso, para atender pressões vindas de Brasília, sobretudo da área de informações?

Vamos, tentar responder, por etapas. O poder no Estado era do PDS. Vai daí no jargão deles, uma mão lava outra. Um dos diretores da "Servix Engenharia" era o Sr. NILSON DE OLIVEIRA E CRUZ, irmão do General Newton Cruz, à época chefe da Agência Central do SNI. A "Servix" era uma das empresas privilegiadas no "golpe da Capemi", onde outros parentes, em vários níveis, do General Newton Cruz faziam parte em posições-chaves. Tudo isso, certamente, favoreceu e fortaleceu o contato linha direta Brasília - Curitiba para a consumação da fantástica transação.

O fato, hoje, é que o governo democrático de José Richa, um homem probo e pobre, vítima de insinuações maldosas e maledicentes por parte de quem sempre se locupletou dos privilégios públicos e que o Paraná por conhecer os acusadores não lhes dá credibilidade, está tendo de pagar a fatura de um assalto programado ao dinheiro dos paranaenses feito por uma administração do PDS. Há de se explicar que o Badep, pela sua atual administração, não pode se negar ao pagamento das prestações que estão a vencer, porque se o fizesse estaria contrariando a lei do sistema financeiro que em nome da credibilidade da instituição, não deixa outra alternativa.

E agora, como se pode explicar essa dolosa operação? Ou será que é correto o Paraná arcar com uma dívida de quase 10 bilhões de cruzeiros, fruto da corrupção que tomou conta do poder republicano?

Aliás, é chegado o momento de se agir com clareza. Corrupção em qualquer nível precisa ser denunciada e ver punição efetivada. Infelizmente no poder central da República isso é impossível. Mas nos governos democráticos é dever sagrado de quem faz oposição e da própria comunidade. O que não se admite, por ser leviano, é quem tem rabo de palha quilométrica querer acusar gente séria”.

Pedimos então através deste requerimento, sr. Presidente, para transcrever nos Anais da Casa, o comentário do Deputado Federal Hélio Duque.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — Consulto a Liderança do PMDB, se fará uso do espaço que lhe é reservado, ainda por 12 minutos.

O SR. ACIR MEZZADRI — Fará uso da tribuna o Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós tratávamos no Pequeno Expediente, do episódio que está para ser confirmado do Convênio entre União Municipalista do Paraná e a Central de Medicamentos. E alertávamos para o risco que esta medida, caso venha a ser concretizada, trará para a população dos municípios administrados pelo PDS. A análise nossa, Srs. Presidente, Srs. Deputados, se prende ao seguinte fato.

A Secretaria de Saúde do Estado, historicamente, não só no Estado do Paraná, mas em todas as unidades da Federação, é a responsável e para isso se aparelhou para fazer dispensação, ou seja a distribuição dos medicamentos via CEME a todos os municípios.

Da mesma forma, como esses medicamentos q repassados à custas da verba de 350 milhões de cruzeiros, do FIN Social, foi integralmente repassada aos municípios paranaenses, sem distinção da sigla partidária que os administra e essa comprovação foi feita através de documentos, na Comissão de Saúde, e apesar de não termos podido contar com os esclarecimentos dos Sr. Prefeito Aurélio Regazzo, do Município de Nova Aurora, Presidente da União Municipalista, que nas duas reuniões se comunicou a sua impossibilidade de participar, com contacto mantido com o Coronel Rebordão, atual Presidente da CEME, que atestou a seriedade com que o trabalho continua sendo desenvolvido, pela Secretaria de Saúde e agora no caso dos medicamentos a serem adquiridos, comprados,

pelas Prefeituras.

Com esse convênio a ser firmado, cuja justificativa descabida foi a de discriminação, uma vez que a comprovação da discriminação apresentada pelo Prefeito Aurélio Regazzo foi uma nota do Município de Conselheiro Mairink, mas que esqueceu-se de apresentar a mesma documentação, as notas relativas a outros municípios do mesmo porte de Conselheiro Mairink, administrados pelo PMDB cujas populações são de semelhantes, aí se comprovam que também a importância repassada também é semelhante, mas que diante dessa notícia e da confirmação do convênio a ser firmado, a prova central de medicamentos comprova que não há cabimento da Secretaria de Saúde manter a possibilidade de compra dos remédios, via Secretaria de Estado e CEME, já que a União Municipalista estará firmando um convênio exclusivo com esta finalidade.

Ora, basta conhecer minimamente os recursos necessários a esta dispensação de medicamentos, a distribuição, para se saber da precariedade para não dizer da ausência de infra-estrutura que uma união de municípios, ainda mais a União Municipalista recentemente criada, tem para fazer face a este encargo.

Portanto, passarão a correr riscos sérios as populações dos municípios que vinculando-se à União Municipalista venha a ter só esta via de repasse de compras de medicamentos da linha CEME.

Esse risco e o apelo que nós fazemos nesse momento é de que as lideranças lúcidas do PDS, não aquelas que vem instigando os Prefeitos do PDS, numa tentativa através de um meio que não nos parece aquele que possa a vir manter mais sucesso, de manter a vinculação de bases partidárias as suas lideranças, procurando com isso levar os Prefeitos dos municípios administrados pelo PDS, a firmarem um convênio com a ilusão de que com isso o Governo Federal estaria facilitando o repasse de medicamentos quando o convênio em nada difere ao convênio já estabelecido com a Secretaria de Saúde do Estado. O nosso apelo é que, com as lideranças lúcidas do PDS, aqueles deputados que não estão jogando com essa política de confronto, uma política de verdadeira instituição do Governo paralelo, embora somente ligado ao setor saúde e, mais específico, na área de distribuição de medicamentos, mas se caracteriza claramente uma proposta de Governo paralelo; ou seja, a não aceitação de derrota, no caso do Governo do Estado nas eleições de 82.

E esta tentativa de instituir um paralelismo nas ações, ainda mais numa área delicada e de suma importância como esta que é da distribuição dos medicamentos, me parece que é momento das lideranças do PDS que não concordam, ou que não tenham tido ainda oportunidade de analisar a fundo as implicações e as incorrências de uma medida como esta, procurem, ainda a tempo, analisar o problema, buscar esclarecer as lideranças do próprio PDS a nível das suas bases municipais sobre o acerto ou desacerto de uma medida como esta.

De parte do Governo do Estado e da Secretaria de Saúde, a Comissão de Saúde analisou isso, exaustivamente, nas duas últimas reuniões. Não há nenhuma perda pensando do ponto de vista do órgão governamental.

Até há um desencargo de trabalho na medida em que sempre os municípios passarão a não ter a compra de medicamentos via Secretaria de Saúde.

Mas, não é pensando nesse aspecto que a

Secretaria de Saúde analisou. Entendendo como risco, é muito sério naufragar essa proposta de paralelamente a uma estrutura já montada, tentar manter-se o alinhamento político-partidário.

Eu não creio que seja por aí que se vá conseguir manter essa unidade entre as lideranças do PDS e bases municipais.

Eu acredito que essa unidade almejada se dará muito mais em cima dos compromissos, dos programas, das plataformas de luta. E não através de uma linha assistencial na compra e medicamentos via uma entidade que agregue as Prefeituras do PDS.

O nosso posicionamento, portanto, e nesta oportunidade nós estamos expressando o pensamento da Comissão de Saúde para que seja revista esta posição.

Há denúncia de que esta medida se caracteriza como um embrião de governo paralelo.

Nós temos que convir que não contribui para uma vida democrática, uma vida de respeito às instâncias de Governo.

Creio por fim Sr. Presidente e Senhores Deputados, que a Secretaria de Saúde vem demonstrando, na prática, o seu desempenho em aumentar a produção e compra de medicamentos.

Foram trazidas as informações que atestam que de 83 para 84 um acréscimo na produção de medicamentos, pela via própria, através da reforma dos equipamentos do Laboratório Químico Farmacêutico do Estado, que de quatro itens passou já nesse ano a produzir 16, em torno de 400% de acréscimo.

Além disso, além da produção própria de medicamentos pelo Estado, está previsto neste orçamento de 84 um acréscimo de 200% na rubrica de compra de medicamentos da própria CEME, enquanto em 1983, 396 milhões foram gastos; em 84 há a disponibilidade de três bilhões e cento e quarenta e oito milhões. Além disso a própria Secretaria de Saúde está, e nesta semana está prevista a visita de técnicos da Central de Medicamentos, do Ministério da Previdência, na tentativa de credenciar o Laboratório Químico do Estado, junto à CEME, credenciamento este que foi perdido em 82 por desleixo da administração da época que não valorizou devidamente a produção de medicamentos pela via própria do próprio LQF, após a reforma e as instalações físicas com o recente aval do BADEP, ao financiamento via BNDF da construção de um novo prédio de um Laboratório Químico Farmacêutico, credenciamento que aí então não só para a produção de consumo do Paraná, mas de todo o País estará credenciado novamente o Governo do Paraná através do LQF.

É nesse sentido, portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados que nós trazemos as conclusões da Comissão de Saúde, deixando ainda em aberto a possibilidade do Dr. Aurélio Regazzo, Prefeito de Nova Aurora e Presidente da União Municipalista do Paraná, para que na oportunidade em que puder, compareça à Comissão de Saúde para justificar esta iniciativa, uma vez que a discriminação por parte do Estado é que estaria levando a esta medida não convenceu e foi com provas convincentes demonstrado o contrário.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — Consulto à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto

de Carvalho.

O SR. GILBERTO DE CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Alegro-me da disposição da Comissão de Saúde em rever a sua posição, a posição do Governo do Estado com referência à discriminação.

Há poucos dias passou por minhas mãos um ofício de um deputado do PMDB autorizando a liberação de medicamentos que eram retirados sem autorização à Avenida 7 de Setembro. Por isso a CEME está procurando atender o pedido do Prefeito de Nova Aurora através de um novo convênio.

É preciso que se entenda, e o nobre Deputado Márcio Almeida afirmou agora que não pode haver discriminação nesse setor de Saúde, em nenhum setor, mas principalmente nesse setor que vai atender a classe menos favorecida. É preciso que haja entendimento, que não tenha cor partidária, que haja atendimento àqueles necessitados que já sofrem e que não podem olhar pela cor partidária.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, com referência à indicação do novo Secretário, Luiz Alberto Dalcalle para a Secretaria de Comunicação Social, falou o nosso companheiro Antônio Belinati, na qualidade de jornalista, de homem de imprensa, e que lamentou o que nós também lamentamos, a não indicação de um jornalista entre tantos nomes brilhantes que tem o Paraná. Mas, não cabe a nós, do PDS tomar qualquer posição, porque trata-se de um cargo de confiança, e nenhum reparo à pessoa de Luiz Alberto Dalcalle, que eu conheço há muitos anos, e seus relevantes serviços prestados ao Paraná, quando deputado nesta Casa, e meu companheiro político na época. Tem condições, Luiz Alberto Dalcalle, de assumir, não a Secretaria de Comunicação Social, mas qualquer, Secretaria.

O que nós lamentamos, é que esta Secretaria não tem sido ocupada por um jornalista, por um homem de imprensa. Mas não cabe e nós essa análise, e em se tratando de um cargo de confiança ao Governador do Estado, escolhe aquele que ele achar por bem, e indicar para ocupar essa função.

Mas, não poderia deixar passar despercebido, depois do pronunciamento do nobre Deputado Sérgio Spada, em que faz referência às eleições de Presidente da República. É sabido, já foi mais do que debatido, de que as eleições para Presidente da República, foi definido nas eleições de 1982, e que nós consideramos legítimo o Colégio Eleitoral, como legítima foi a vitória do PMDB aqui no Paraná.

Foi uma eleição livre e democrática, e houve um resultado, que todos nós acatamos, e coube na maioria o resultado da Nação, de que o PDS ficasse com a maioria para eleger o seu futuro Presidente da República. E coube agora numa proposta de nosso partido, um proposta interna, para que se realizasse uma eleição prévia, a nível partidário.

Eu aqui, não faço a defesa de nenhum dos candidatos, porque esta eleição prévia, esta votação prévia, já venho fazendo na minha região, iniciada há mas de um mês. Já fiz a votação nos Municípios de Cambira, Marumbi, Fênix, Lumar deli, São Pedro do Ivaí, e restam ainda alguns municípios que eu reinício no dia 28, e concluo até o dia 5 do próximo mês de julho.

Acho válida essa posição, porque se nós temos esta responsabilidade de ir a Brasília na Convenção

de nosso Partido, e indicar pelo nosso partido, o candidato à Presidência da República, de ouvir dos companheiros as nossas bases partidárias, e isto nós estamos fazendo e vamos acatar a posição adotada pelos nossos companheiros, de toda a região que eu tenho a honra de representar, porque esta foi a decisão, foi o mandato que nós recebemos em 1982, eleição, como já disse, livre e democrática, e que o grande beneficiado foi o PMDB com a vinculação de votos.

Todos sabem que no Paraná, como no Brasil inteiro, havia a grande vontade, principalmente dos eleitores que ainda não tinham votado para Governador do Estado e para Presidente da República de escolher pelo voto direto o seu candidato.

E com esta vinculação de votos, obrigou alguns eleitores que pretendiam votar em este ou em aquele candidato a deputado federal, a deputado estadual ou a senador; acompanhar o candidato do PMDB, porque era a intenção de mudar.

E nós respeitamos esta decisão, e é preciso que respeite também a posição do Colégio Eleitoral.

O Sr. Caíto Quintana — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento)

Eu vejo Vossa Excelência na tribuna, nobre Deputado Gilberto Carvalho, conforme o que lhe é peculiar, mas tentando justificar algo injustificável.

A vinculação de votos não foi obra do PMDB. E a justificar a vitória no Paraná e em outros Estados importantes da Federação através da vinculação de votos, seria o mesmo que nós dizemos que teríamos ganho em todos os Estados do Brasil, se não houvesse o voto vinculado.

Vossa Excelência, neste instante, fala sobre hipótese. É o seu modo de interpretar. Eu poderia, perfeitamente, aqui interpretar que se não houvesse vinculação teríamos ganho nos Estados em que perdemos. Porque a vontade do povo de mudar, Deputado Gilberto Carvalho, salvou-se homens do seu estilo político, muitos e muitos votos que não concordavam em votar nos demais homens que compunham a chapa do PDS.

Foi exatamente homens como Vossa Excelência, pelo trabalho sério que sempre desempenhou nesta Casa, que pela vinculação levou votos para o PDS, que não votariam sobre hipótese alguma, se não houvesse a necessidade de vincular Prefeitos, Vereadores, Federais, Senador e Governador.

Então, eu acho uma forma muito simplista de Vossa Excelência, em tentar justificar a nossa vitória no Paraná com uma simples vontade do povo de mudar, pela vinculação. Não, o povo quer mudar, Deputado Gilberto Carvalho. O povo quer mudar e os políticos querem mudar, do seu partido inclusive quer mudar.

Porque Vossa Excelência também fala em ouvir as bases para ir votar na Convenção. Por que não ouvir então os Prefeitos e os Vereadores? Será que eles foram importantes para dar a vitória em determinados Estados para o PDS, para dar sustentação nas bases eleitorais para

o PDS e deixaram de ser importantes agora, para poder opinar sobre quem será o candidato à presidência da República?

Será que estes homens continuarão sendo infinitamente aproveitados só no momento do pleito eleitoral majoritário que interessa para aqueles que estão concorrendo o pleito majoritário, mas na hora de ter participação ativa dentro do Partido não podem ser ouvidos?

E veja que essa é uma vontade popular expressa nos movimentos do PMDB de eleições diretas. É uma vontade expressa nos meios políticos. E é uma vontade expressa nos meios políticos, é uma vontade expressa no seu próprio Partido, que hoje não tem Presidente nacional, pois renunciou à presidência nacional porque sabe que está sustentando uma situação que é contrária à vontade da opinião brasileira, e isso é insustentável.

Todos nós sabemos que a crise que o PDS vive é por não querer abrir os olhos e enxergar que o momento histórico do Brasil está pedindo uma mudança, o direito das pessoas de participarem livremente na escolha do sucessor do Presidente Figueiredo. Porque eu vejo, Deputado, que não é o nome do Presidente, é a proposta a ser feita, e não vejo dos candidatos do PDS, proposta nenhuma de modificações na regra do jogo da condução desta Nação.

Eu não vejo proposta alguma que possa mostrar que muda o quadro a partir da mudança do Presidente Figueiredo.

O que estamos vendo é uma barganha; estamos comercializando a Presidência da República. Estamos trocando por compras de votos de convencionais, por oferecimento de privilégios de Ministérios.

A Presidência da República desta Nação, Deputado Gilberto, e conhecendo a sua postura de político sério, compenetrado, interessado por causas populares, com o futuro da Nação, não acredito que Vossa Excelência, como nós também não gostaríamos de fazer, de por num balcão de negócios a futura Presidência da República Federativa do Brasil.

Muito obrigado pelo aparte, Deputado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço, nobre

Deputado, pelo aparte, embora não possa concordar em tudo com Vossa Excelência, quando disse da crise do PDS, não é a crise do PDS, mas vivem todos os partidos em crise. O próprio PMDB, o Partido maior da Oposição no País, o próprio PMDB lamentou essa idéia de consulta do plebiscito, da consulta prévia, porque estava propenso a votar no candidato do PDS, Aureliano Chaves, não tendo um candidato para disputar a Presidência da República.

É preciso, e tem muita coisa errada. Eu sou favorável à consulta prévia. E é preciso que haja um entendimento para que mude esta posição. Não querer fazer de uma hora para outra, como já votamos e derrubamos o Parlamentarismo neste País, porque veio numa hora errada e durou muito pouco.

E esta eleição direta, somos favoráveis a ela, mas uma eleição direta para que assuma um Presidente com um

mandato, com um respaldo popular, numa condição em que o País possa caminhar, com método de trabalho, não de uma hora para outra querendo resolver a eleição direta que vai realizar em janeiro, daqui há alguns meses, é preciso que haja entendimento entre a classe política, e se existe e está definida a regra do jogo, e que já vem diminuindo dois anos do mandato a Presidente da República, que estava previsto para 1988, já se propõe para 1986, já é uma grande coisa.

Que assuma, que elejamos o Presidente que possa cumprir este mandato, e restituir a plenitude democrática, para que os novos eleitores possam vir escolher o futuro Presidente da República, o futuro Governador.

Se esta mudança já tivesse vindo, já teria havido alternância no Poder, não só na área federal, mas também na estadual. Mas não cabe a nós soar crítica, jogar tudo no Governo Federal.

Ontem, quando eu renovava meu exame de vista lá no DETRAN, estava numa sala e a reclamação era geral, eram 700 e poucos cruzeiros, agora foi para 27.200 cruzeiros. E quando eu concordei, essa pessoa que estava ao meu lado, dizia: "mas isso não é do Governo do Estado, é o Governo Federal, porque a habilitação é nacional". Eu disse que a habilitação é nacional, mas a taxa é do Governo do Estado. É preciso que assuma o seu papel.

Veja bem quando critica a CAPEMI, e vários erros do Governo Federal que precisa corrigir, que criticam Mário Andreazza ou Paulo Malluf, que têm relevantes serviços prestados ao País, e nós abandonamos a nossa Casa quando vemos irregularidades, e eu poderia citar muitas, e com respeito ao Governador do Estado, que eu conheço, e que ele não tem intenção de proporcionar a corrupção na sua administração, no seu Governo.

Mas eu vou fazer uma denúncia agora, sobre a TECPAR. A TECPAR tem seu diretor-técnico. É um órgão que tem a responsabilidade de olhar serviços técnicos e especializados. O técnico da TECPAR reside em Brasília, e vinha aqui de quinze em quinze dias, agora esta vindo uma vez por semana. E verifique, passagens de Curitiba a Brasília, fica hoje em mais de 300 mil cruzeiros, pagos pela TECPAR.

É preciso acabar essa coisa. Então, como disse agora há pouco o Deputado Fiori Luiz, "quem tem rabo de palha não pode falhar".

Nós temos que procurar corrigir a nossa Casa, porque sabemos que erro existe no Governo Federal. E é combatendo aqui, é dando uma demonstração para que não se repita e que mude neste Estado, e que a hora que mudar no Governo Federal também comece com um novo critério, com um novo padrão.

O Sr. Sérgio Spada — Aparte? (Assentimento) Nobre

Deputado, é lamentável que não ocorra, a nível federal, o que ocorre aqui no Estado do Paraná. Até denúncias levianas de corrupção são apuradas e levadas a cabo. Uma das provas disso é o que aconteceu recentemente no episódio dos dois Secretários de Estado. O Governador José Richa, não

levando em consideração a amizade pessoal que tinha com esses Secretários, nem sua competência — eram dois dos melhores Secretários de Estado do Brasil — tornou as providências e os demitiu. Acontece isso a nível federal? Escândalos que deixam a Nação brasileira estarrecida, são acobertados, providências nenhuma são tomadas. E é bom que acontecesse a nível de Brasil o que está acontecendo a nível de Paraná, e daí tenho certeza, mudaria os rumos desta Nação.

Com relação ao Colégio Eleitoral, vejo que Vossa Excelência defende com insistência.

Para ser bem sincero, antes de 1982, o Colégio Eleitoral não foi questionado, porque as próprias Oposições estavam imbuídas, envolvidas nesta campanha, em condições desiguais contra a máquina municipal, estadual, e até mesmo federal que nos massacrava, que nos oprimia.

E o PMDB na época, em especial no Paraná, queria ganhar o Governo do Estado. Realmente ganhou, isso foi em 1982. Em 1984 estamos vivendo uma nova realidade. As manifestações públicas, da Nação inteira, têm demonstrado inequivocamente que o povo não quer um Presidente eleito através do Colégio Eleitoral.

O Colégio Eleitoral está demonstrando inequivocamente, juridicamente que é espúrio, ilegítimo.

Agora, pelo fato de não ter sido questionado anteriormente, não legitima o PDS para dizê-lo que é legítimo neste momento.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Lamento que Vossa

Excelência traga o caso dos dois Secretários, que foi um desastre para o Paraná a decisão tomada. Como eu não concordo quando exoneraram o Ministro Stábile, porque se existe irregularidade, ele tem que ficar no cargo até que pague os seus erros, porque não só demitir e deixar por conta da Nação, deixando o prejuízo para o Estado e para a população. É lamentável o que aconteceu no Paraná, e eu nem gostaria de voltar a comentar o assunto.

Concedo o aparte ao Deputado Ezequias Losso.

O Sr. Ezequias Losso — Eu quero me solidarizar com o pronunciamento de Vossa Excelência, tendo em vista a profundidade do mesmo, no que diz respeito à seriedade.

Vossa Excelência vem a essa tribuna e faz uma análise real de diversos assuntos, sem apresentar discurso lido, mas um discurso consubstanciado nas observações que Vossa Excelência faz.

Isso nobre Deputado, se constitui num modelo. Eu tenho apreciado esse comportamento de Vossa Excelência. Realmente, o lugar em que estamos, o Parlamento, é para debater teses relacionadas com as observações dos próprios Parlamentares.

Lamento que haja uma insistência por parte de nobres Deputados do PMDB de, sistematicamente, atacar a nossa Bancada e pelo que se percebe, dentro de uma mesma linha redacional ou editorial.

Os editores e redatores estão realmente bastante

nervosos nas palavras que são pronunciadas das tribunas. Bastante nervosos, com a possibilidade do PDS continuar a desenvolver as suas atividades, no que diz respeito a um programa progressista para o nosso País.

Tenho percebido que os candidatos do nosso Partido têm apresentado seus programas de trabalho sério; sérios programas de trabalho.

Se há falhas no atual Governo — e qual o Governo que não tem falhas? — certamente serão reparadas por aqueles ou aquele que vier a assumir a responsabilidade de conduzir esta Nação.

Percebo que existem candidatos à Presidência, do PMDB — com exceção do falecido Senador ex-arenista Teotônio Vilela. Eu não percebo nenhum outro postulante à Presidência da República dos arraiais do PMDB, que tenha apresentado algum programa de ação, no caso de ser eleito Presidente da República.

Apenas conclama-se a eleição direta, mas eleição direta, para eleger quem? Eleição direta para que haja qual execução de programa?

Seria o caso de o PMDB apresentar as metas de trabalho, se houver eleição indireta e forem eleitos tais e tais integrantes do Partido. Parece muito bem, nobre Deputado, que se repete o que aconteceu em 1982: o PMDB esteve nos palanques, prometendo muitas coisas que hoje não pode cumprir.

Eu tenho relacionado comigo uma série de promessas, que foram apresentadas por ilustres candidatos do PMDB.

Dizem alguns integrantes do Governo que ainda não puderam recuperar — segundo palavras que usam — as finanças, para execução das obras que tinham planejado. Estou esperando mais um pouco. Vou começar, brevemente a fazer as cobranças das promessas, desta tribuna que Vossa Excelência está ocupando.

Quero ver, enfim, qual a justificativa que será apresentada na oportunidade. Pelo que sei, o Estado do Paraná, através do trabalho daqueles que aqui exercem as suas atividades produtivas, está oferecendo excelentes condições financeiras para o atual governo. E além disso, há os empréstimos que foram obtidos junto a órgãos públicos nacionais e junto a organismos internacionais.

Estamos aguardando a execução das obras, que haja por parte do PMDB a real comprovação de competência no cumprimento de todas as promessas, não apenas de algumas, mas de todas, para que não haja frustração do povo paranaense.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Eu agradeço, nobre Deputado, Vossa Excelência coloca bem a posição. E eu encerro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apresentando ...

O Sr. Caíto Quintana — Vossa Excelência me concede um aparte? — (Assentimento)

Simplesmente, Deputado, devido o aparte do Deputado Ezequias Losso, para fazer algumas ressalvas que eu reputo da maior importância.

Parece que o Deputado Ezequias Losso está

impregnado pela idéia do autoritarismo, quando pergunta ao PMDB qual o presidente. O PMDB irá perguntar ao povo quem é o Presidente. Não somos nós do PMDB quem vai dizer quem é o Presidente. Tanto que a nossa luta em favor das diretas nunca foi para que o PMDB tivesse o Presidente, mas para que fosse dado ao povo brasileiro o direito de escolher o Presidente quem quer que fosse. Não somos nós quem vamos indicar, é o povo quem vai escolher.

Mas, o que mais me preocupa quando o nobre Deputado pergunta quais as obras do Governo Richa? Exatamente porque, Deputado Gilberto Carvalho, o Deputado Ezequias Losso que é um pastor, poderia perceber que talvez a obra maior do Governo Richa é a obra social. Essa não aparece no concreto.

Aliás, muitas e muitas vezes as Oposições sempre contestaram as obras faraônicas, que são belas ao visual, mas nada fazem dentro desta Nação que necessita da aplicação de recursos públicos muito mais para uma obra que não transcende às vistas, mas que chega à vida social do cidadão que necessita e que está com baixa renda, que não está podendo viver, que não está tendo possibilidade de escola, de saúde, de moradia, de alimentação básica.

Essa é a maior obra que qualquer Governador ou qualquer Presidente poderá fazer nesta Nação: recuperar a obra social desta Nação, onde centenas de milhares de brasileiros não têm mais condições de vida, e essa obra o Governador José Richa está fazendo através do seu programa, de um governo voltado para o social.

Não nos interessa, nobre Deputado, mostrar aos olhos dos paranaenses grandes obras de concreto, quando sabemos que o Paraná está esvaziando, porque não está se dando ao povo paranaense no campo social aquilo que ele necessita para viver com dignidade.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Eu faço votos para que o Governo olhe mais para o campo social, porque até agora não apareceu. Se nós verificarmos município por município, pelo menos na minha região, posto de saúde não recebe mais medicamentos, os cadernos nas escolas não aparecem.

O Sr. Ezequias Losso — Vossa Excelência me concede mais um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado, solicitei esse aparte para fazer algumas observações.

Inicialmente, não sou pastor. Sou advogado e professor, com muita honra e seria com muita honra pastor, se tivesse feito o curso de Teologia. Não cheguei a fazer, portanto não seria digno de receber esse título.

Em segundo lugar, gostaria de lembrar ao nobre Deputado Caíto Quintana, que quem lança candidatos é o Partido. O partido é quem oferece nomes ao povo; não é o povo que vai dizer ao Partido, mas o povo escolhe, Deputado. Os filiados ao Partido podem formar a convenção, mas haverá necessidade de que se proponha pelo menos a ser candidato. Isso aí é elementar.

Dizer que o povo vai escolher, é muito relativo.

Em terceiro lugar, não perguntei quais as obras que o Governo tem feito. Eu apenas disse o seguinte: que estou aguardando para ver o cumprimento de todas as promessas, de algumas promessas. Não de algumas, de todas, porque o povo paranaense não deve ser enganado.

Apenas dizer que não há recursos, não há isso e não há aquilo, não é suficiente porque as promessas foram muito firmemente postas.

Outra questão, nobre Deputado: eu entendo por problema social também evitar preços absurdos a determinados serviços cobrados por órgãos públicos, como o DETRAN, que aumentou quatro mil por cento, inclusive a pobres motoristas profissionais, que para renovarem as suas carteiras terão que sofrer duras penas. Esse também é um problema social.

Esqueceram-se então os integrantes do Governo de que há necessidade de conceder condições para que os motoristas profissionais possam renovar as suas carteiras, ou futuros motoristas profissionais possam tirá-las. O que se entende por uma questão social? Qual é o conceito de questão social? É apenas entregar algumas coisas para uns e outros? Não.

O problema social tem um envolvimento muito grande. Tem relação com o problema econômico, inclusive. Por isso, nobre Deputado Gilberto Carvalho, há necessidade de se fazer uma análise real internamente no Governo, antes de vir atacar o PDS. É muito fácil chegar lá naquela tribuna e dizer que o PDS é culpado por tudo isto, aquilo e tudo mais. Mas que se faça uma análise interna antes. Que se faça uma avaliação do que foi dito nos palanques e do que está sendo feito. Não se diga que não está sendo feito nada. Está sendo feito alguma coisa, mas não tudo o que foi prometido, eis a questão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Eu lamento. Até falar em DETRAN me envergonho, porque há pouco eu denunciei desta tribuna o chefe do DETRAN que cobrava 15 mil cruzeiros por uma carteira de habilitação.

Ora, o assalto é direto lá no DETRAN e oficializado. É um absurdo o que está acontecendo.

O Sr. Adhail Sprenger Passos — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Apenas para informar Vossa Excelência e a toda a Bancada do PDS, uma grande obra do Governo Richa. É a entrega de veículos e o conserto dos edifícios das Delegacias do interior do Paraná. Vossa Excelência deve ter lido a entrega de 38 veículos. É a segunda entrega.

Vossa Excelência deve ter lido a assinatura do convênio, Secretaria de Segurança. Isto é obra, porque quando recebemos as delegacias e os jipes eram completamente sucateados pelo Governo de Vossa Excelência.

O SR. GILBERTO CARVALHO — E eu espero que ele venha a cumprir ainda o restante, porque quando digo que não estão sendo atendidos, é porque na minha região ainda existem municípios sem viaturas. Este é um trabalho que vem sendo feito por este Governo.

O Sr. Adhail Sprenger Passos - Não se pode atender tudo ao mesmo tempo e em todos os lugares.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Senhor Presidente, eu solicito que me assegure a palavra para que eu possa concluir.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Mesa assegura a palavra ao orador que está na tribuna.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, encerro dizendo do meu apreço e do meu respeito pela classe política. O meu respeito pelos quatro presidenciais do PDS que se apresentaram como candidatos e o meu respeito pelos candidatos do PMDB que se apresentaram porque a regra do jogo está definida. Não haverá mudança e que se dispute a eleição porque eu tenho certeza, quando nos reunimos nesta Assembléia Legislativa para indicar os seis Deputados que irão a Brasília, para em janeiro, no Colégio Eleitoral indicar o Presidente da República, para eleger o futuro Presidente da República, não irão seis deputados do PDS, mas sim seis Deputados do PMDB. Porque a regra do jogo é esta: a indicação é feita pela Maioria e aqui na Assembléia Legislativa o PMDB tem a maioria e indicará os seis Deputados que irão a Brasília.

E os meus votos que cada Partido apresente o seu candidato para que, democraticamente, elejam o futuro Presidente da República. E todo aquele que submete o seu nome à apreciação do Colégio Eleitoral, à apreciação do povo numa disputa eleitoral, merece o nosso respeito e a nossa consideração.

Era só. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Werner Wanderer) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputados Edgard Pimentel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Nilso Sguarezi e Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja suspensa a sessão do dia 14 do corrente para que nesta data seja realizado o V Fórum de Debates. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei nº 87/84, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem governamental nº 01/84, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná). **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 87/84, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem nº 01/84), que altera dispositivos da lei nº 7.297 de 08.01.80 (CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS DO ESTADO), conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F., com EMENDA da

C.C.J., por unanimidade. COM EMENDAS DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o mesmo, Emenda n.º 1 da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. GILBERTO CARVALHO - (Pela Ordem) Eu solicito de Vossa Excelência, que verifique que a Emenda n.º 01 não é da Comissão; a Comissão de Justiça apresentou um Substitutivo.

O SR. PRESIDENTE - (Werner Wanderer) Aliás, em votação a Emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

Em votação a Emenda de Plenário de n.º 01 - Rejeitada.
Em votação a Emenda de Plenário de n.º 02 - Rejeitada.
Em votação a Emenda de Plenário de n.º 03 - Rejeitada.
Em votação a Emenda de Plenário de n.º 04 - Rejeitada.
Em votação a Emenda de Plenário de n.º 05 - Rejeitada.
Em votação a Emenda de Plenário de n.º 06 - Rejeitada.

Em votação a Emenda de Plenário de n.º 07 - Rejeitada.
Em votação a Emenda de Plenário de n.º 08 - Rejeitada.
Em votação a Emenda de Plenário de n.º 09 - Rejeitada.
Em votação a Emenda de Plenário de n.º 10 - Rejeitada.
Em votação a Emenda de Plenário de n.º 11 - Rejeitada.
Em votação a Emenda de Plenário de n.º 12 - Rejeitada.
Em votação a Emenda de Plenário de n.º 13 - Rejeitada.
Em votação a Emenda de Plenário de n.º 14 - Rejeitada.
Estão em votação o projeto. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia.

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 175/83, de autoria do Deputado ANTONIO MARTINS ANIBELLI, que autoriza o Poder Executivo a criar "UNIDADE DO CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR," no Município de União da Vitória, Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P., por unanimidade. **Aprovado.**

O SR. GILBERTO CARVALHO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Werner Wanderer) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. NILSO SGUAREZI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu data vênio...

O SR. GILBERTO CARVALHO - Senhor Presidente, eu concordo com a argumentação que Vossa Excelência ...

O SR. NILSO SGUAREZI - Essa é matéria vencida, Senhor Presidente.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Eu não havia verificado que era uma emenda constitucional e eu retiro o meu pedido de verificação.

O SR. PRESIDENTE - (Werner Wanderer) Está aprovado o Projeto de Lei n.º 175/83.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - Da Proposição n.º 137/83, PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 142/83), que dá

nova redação ao Art. 150 da Constituição do Estado e trata da desvinculação da Junta Comercial do Paraná da Secretaria de Estado da Justiça. (Anexadas as Proposições de n.ºs 40/83, 142/83, 94/84 e 95/84). Com PARECER FAVORÁVEL e SUBSTITUTIVO GERAL da COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO e CONTRÁRIO à PROPOSIÇÃO n.º 40/83, por unanimidade.

PROPOSIÇÃO N.º 137/83

Proposta de Emenda à Constituição do Estado.

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições e tendo em conta o que foi aprovado pelo Plenário, PROMULGA a seguinte Emenda à Constituição do Estado:

Artigo único. O artigo 150 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 150. Passam a integrar à Secretaria da Justiça: o Departamento de Estabelecimentos Penais e o Conselho Penitenciário".

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) Poder Executivo.

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO PARECER

Conforme Requerimento aprovado por Plenário na data de 24 de abril do corrente ano, seriam juntadas as Proposições de n.ºs 94/84, 95/84, 40/83 e 142/83, à de n.º 137/83, para que fossem apreciadas em conjunto por esta Comissão.

A Proposição n.º 137/83 é oriunda de Mensagem Governamental de n.º 142/83, e trata de desvinculação da Junta Comercial do Paraná da Secretaria da Justiça.

Com respeito ao proposto para o artigo 150, será efetivada a pretendida desvinculação, para que a Junta possa, anexada a outra Secretaria, melhor cumprir suas funções precípuas, e não há que se criar um dispositivo constitucional para prever tal vinculação, que poderá ser feita através de leis ordinárias ou de decretos.

A esta Proposição, juntam-se a de n.º 94/84, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que acresce Parágrafo ao artigo 72 da Constituição do Estado, dando ao funcionário que requerer Licença Especial o direito de desdobrá-la em parte pecuniária, desde que não ultrapasse metade do período a que tiver direito, e que deverá ser paga integralmente ao funcionário, sendo que o mesmo terá de gozar o período restante, para fazer jus a esta concessão.

Para a modificação pretendida, infere-se que, apesar de não ser originariamente constituída como vantagem, mas como concessão administrativa para afastamento do serviço, sem prejuízo dos vencimentos e demais direitos, e visando exercer medida higiênica, (of. Hely Lopes Meirelles), após a consagrar anos de atividades ao serviço do Estado. Nada impede, contudo que esta vantagem seja auferida, pelo menos em parte, pelo funcionário, mormente àquele que ganha pouco mais de um salário mínimo, e isto vem de encontro à política do Poder atualmente no Estado, condições de trazer frente a um melhor aproveitamento desta liderança, e oferece, ao mesmo tempo, um alívio em seus encargos quotidianos.

Este instituto da licença prêmio, convertido em pecúnia, não é uma inovação, visto já ter sido implantado no Estado de São Paulo e, segundo o que se pode constatar trouxe reais benefícios à laboriosa classe dos servidores do vizinho Estado. Também esta vantagem, incompatível com a disponibilidade e com a aposentadoria nessas condições desaparecem os requisitos legais para o seu

aufenimento, os quais sejam: o exercício do cargo e a verificação de assiduidade e de disciplina no funcionário — se constitui em matéria perfeitamente cabível dentro dos Estatutos, podendo ser ampliada, reduzida ou modificada nas suas condições de obtenção e pagamento, desde que se respeite as condições individuais consumadas segundo as exigências da lei anterior.

A de número 95/84, de autoria do Deputado Trajano Bastos, que dá nova redação ao Art. 29, acrescentando o termo “ou o decreto legislativo”, e ao Art. 30, modificando-o quanto à retirada de matéria regimental contida no mesmo, e adaptando-o mais fielmente à Carta Federal.

No tocante ao proposto para os artigos 29 e 30, os motivos são claríssimos. Retirar do corpo de Constituição Estadual, matéria eminentemente regimental, esclarecendo, outrossim, que tal providência foi omitida no processo de adaptação da Carta Estadual à Carta Federal, quando da elaboração da Emenda nº 3, de 29/05/71, hoje em vigor.

A apreciação dos projetos em três discussões, conforme exige o Art. 30, “caput”, da Constituição, e que eventualmente podem ir à quarta discussão, constitui estéril formalismo. Implica, ainda, num grande retardamento das deliberações desta Casa, principalmente quando sabe-se que o atual ritmo da dinâmica administrativa não tolera o excesso de rituais dispensáveis.

De dezenove Constituições Estaduais compulsadas, apenas as do Paraná e a do Piauí estabelecem a exigência das três discussões. Consigne-se, também, que a Carta Federal nada dispõe nesse sentido.

No tocante aos interstícios entre as deliberações e entre o anúncio da ordem do dia e a primeira discussão, previstos na Carta Paranaense, nem mesmo a do Piauí inscreveu preceito semelhante, o que vem demonstrar tratar-se de matéria própria de regimento interno, segundo se verifica no contido no artigo 165, do Regimento Interno da Câmara Federal e no artigo 312, do Regimento Interno do Senado Federal.

Adverta-se finalmente, que tais normas encontram-se inseridas no Regimento Interno desta Casa, ficando afastada a hipótese de “vacatio legis” entre a aprovação da presente Emenda e a revisão de nossa Lei interna.

Também a de nº 142/83, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que acresce o item XV do Art. 138, visando estimular a criação de casas de estudantes.

A adaptação da Carta Estadual no referente ao item XV do Art. 138, vem a se tornar na alternativa decisiva para os problemas criados por inúmeros adolescentes que deixam suas cidades de origem, em busca de melhor formação cultural nos grandes centros urbanos, e de grande parte dos mesmos que, por total desprovidimento de recursos, deixa de dar sequência aos seus estudos. Nesta labuta, encontramos imensa quantidade de estudantes, especialmente de 2º grau, morando em grandes concentrações urbanas, e em função do referido desprovidimento de recursos, habitando lugares desprovidos das mínimas condições para os estudos, estimulando-se, assim, o surgimento de certas anomalias na formação cultural e educacional.

Sabendo-se da inexistência de um programa nacional ou estadual, este por possuir poucos recursos disponíveis, e aquela por total omissão do MEC, é que se procura criar a obrigação constitucional

do Estado para com a população menos privilegiada, correspondendo ao seu fim maior: a promoção do bem comum.

Sobre a modificação do Art. 13, visa tão somente adequar a Carta Estadual às normas vigentes na Federação, com a finalidade de se evitar quaisquer condições de dúvida, que porventura possam ocorrer quando da interpretação da lei.

Pelo exposto, esperamos contar com a aprovação das medidas até aqui apresentadas, que servirão, tão somente, para corrigir, temporalmente, o que se faz defasado a outros paradigmas existentes a nível de Federação.

Parecer contrário, entretanto, é dado à inclusão da Proposição nº 40/83, de autoria do Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que pretende incluir o item XVI ao artigo 22, dando à Assembléia Legislativa a prerrogativa de aprovar previamente, por votação secreta, a indicação dos Diretores Presidentes das Sociedades de Economia Mista. Consideramos que tal fato irá constituir-se em injunção deste Poder nas prerrogativas inerentes ao Poder Executivo, a quem, em última instância, é dado gerenciar as atividades que lhe concernem.

Qualquer tentativa da referida injunção, pode-se entender como passível de complicar situação delicada, e de tomar a si, também, a responsabilidade indevida.

Portanto, julgamos procedente a idéia feita a respeito da Proposição em tela, e damos este Parecer.

Em uma melhor complementação do requerido e adequando outras necessidades não abrangidas nas Proposições, é que apresentamos o Substitutivo Geral em anexo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 29 de maio de 1984.

(aa) DIRCEU MANFRINATO -Presidente;
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR -Relator.

SUBSTITUTIVO GERAL.

As Proposições nºs 137/83, 94/84, 95/84 e 142/83.

Art. 1º. São alterados e acrescentados à Constituição do Estado os seguintes dispositivos:

“Art. 150. Passam a integrar a Secretaria da Justiça: o Departamento de Estabelecimentos Penais e o Conselho Penitenciário”.

“Art. 72....

§ 1º....

§ 2º. O funcionário que desejar, poderá requerer que a licença especial de que trata este artigo, seja concedida desdobrando-se em parte pecuniária, desde que esta não ultrapasse a metade do período a que tiver direito, a qual deverá ser paga integralmente ao funcionário, desde que o mesmo venha a gozar o período restante”.

“Art. 29. Nos casos do Art. 22, executando-se o item XII, realizada a votação final, a resolução ou o decreto legislativo será promulgado pelo Presidente da Assembléia Legislativa, dentro de quarenta e oito horas; se este não fizer, em igual prazo, fa-lo-á o 1º Vice Presidente da Assembléia Legislativa.”

“Art. 30. O projeto de lei que receber parecer contrário, quanto ao mérito, de todas as comissões a que for distribuído, será tido como rejeitado.

Parágrafo único. As matérias constantes de projeto de lei rejeitado ou não sancionado, assim como a constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada, somente poderão constituir

objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa, ressalvadas as proposições de iniciativa do Governador”.

“Art. 138...

XV — estimular a criação de casas de estudantes, assistindo-as dentro das normas legais”.

“Art. 13. O subsídio, dividido em parte fixa e parte variável e a ajuda de custo dos deputados somente serão reajustados quando houver reajustes, respectivamente, nos subsídios e ajuda de custo dos deputados federais.

§ 1.º...

§ 2.º...

§ 3.º...

§ 4.º...

§ 5.º. A remuneração do deputado estadual não poderá ser superior a dois terços do total que percebem, a quaisquer títulos os deputados federais”.

Art. 2.º. Fica enumerado como § 1.º, o parágrafo único do Art. 72, e suprimidos os parágrafos 1.º e 2.º constantes da redação anterior do artigo 30.

Sala das Comissões, em 29 de maio de 1984.

(aa) DIRCEU MANFRINATO - Presidente;
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator.

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Artigo Único - Inclua-se ao Art. 22 da Constituição Estadual o seguinte inciso XVII.

“Art. 22...

XVII - Aprova, previamente, por votação secreta, a indicação dos Diretores Presidentes das Sociedades de Economia Mista”.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Apoiamto: ROBERTO REQUIÃO, EDGAR PIMENTEL, BASÍLIO ZANUSSO, DONATO GULIN, TUGUIO SETOGUTTE, WERNER WANDERER, HERMAS BRANDÃO, LEONIDAS CHAVES, IVAN GUBERT, JORGE MAIA FILHO, GILBERTO CARVALHO, TÉRCIO ALBUQUERQUE, FUAD NACLI, ODENI MONGRUEL, EZEQUIAS LOSSO, NILSO SQUAREZI, NELSON BUFFARA e FIORI LUIZ.

JUSTIFICATIVA:

Estamos com a presente proposta de Emenda Constitucional adotando no Paraná uma prática legislativa já em vigor em outros Estados da Federação brasileira, como é o caso de Estado do Rio Grande do Sul, para citar um exemplo.

Na atual conjuntura em que pretende estabelecer o fortalecimento do Poder Legislativo, nada mais concreto de que esta Casa se manifeste sobre a nomeação dos Diretores das Sociedades de Economia Mista, as quais, atualmente, exercem importante papel no desenvolvimento econômico e social do Estado, e da Nação brasileira.

Com esse propósito propomos tal medida, com a intenção de dar a este Poder Legislativo maior

participação na gerência dos assuntos pertinentes ao desenvolvimento paranaense, em áreas de influência das Sociedades de Economia Mista, que hoje se constituem em fatos dos mais importantes no desenvolvimento da nossa economia.

Está em votação o Substitutivo da Comissão Especial. — **Aprovado.**

Está em votação a Proposição anexa nº 40/83, com parecer contrário. — **Está rejeitada.**

EM VOTAÇÃO — 3.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 179/83, de autoria do Deputado ANTONIO MARTINS ANNIBELLI, que autoriza o PODER EXECUTIVO, isentar o “JOCKEY CLUB DO PARANÁ” dos encargos contidos na doação feita pelo Estado transcrita no livro 3-M, sob nº 17.386, de 23.05.61, do Cartório da 2.ª Circunscrição, desta Capital, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.
Aprovado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação. (É procedida a verificação de votação).

12 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita. Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — 3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 179/83, 243/83, 04/84, 05/84, 10/84, 18/84, 21/84.

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 02/84, 24/84, 25/84, 29/84, 33/84, 35/84, 38/84, 39/84, 44/84, 45/84.

EM VOTAÇÃO — 3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 25/84, 26/84, 27/84, 28/84, 29/84, 30/84, 31/84, 32/84, 33/84, 34/84, 58/84, 96/84.

e do Projeto de Lei Complementar nº 259/83 e dos Projetos de Lei nºs 66/83, 74/84.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei Complementar nº 77/83 e dos Projetos de Lei nºs 128/83, 144/83, 206/83, 207/83, 209/83, 31/84.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução nºs 119/83, 120/83, 121/83, 122/83, 123/83, 124/83, 126/83, 127/83, 128/83, 130/83, 132/83, 134/83, 135/83, 136/83, 02/84, 03/84, 06/84, 07/84, 99/84, 100/84.

2.ª DISCUSSÃO — da Proposição nº 137/83 (Proposta de Emenda Constitucional).

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 46/84, 48/84, 50/84, 56/84, 83/84, 88/84.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 117/84

Levanta-se a sessão.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Departamento Legislativo

Coordenadoria de Imprensa Legislativa